

Diário do Legislativo de 02/10/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - LEI

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

LEI

LEI Nº 17.008, de 1º de outubro de 2007

Dispõe sobre a orientação profissional aos alunos do ensino médio das escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Educação.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – As escolas públicas e privadas integrantes do Sistema Estadual de Educação prestarão orientação profissional aos alunos dos cursos regulares e de educação de jovens e adultos do nível médio de ensino, observado o disposto em regulamentação dos órgãos competentes.

Art. 2º – A orientação profissional de que trata o art. 1º terá caráter extracurricular e será implementada de acordo com as seguintes diretrizes:

I – (Vetado);

II – participação facultativa do aluno;

III – associação de técnicas e instrumentais que identifiquem valores, interesses e habilidades do aluno e que o instruem sobre a dinâmica do mercado de trabalho e sobre as possibilidades de formação e qualificação profissional.

Art. 3º – (Vetado).

Art. 4º – Fica revogada a Lei nº 13.180, de 20 de janeiro de 1999.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 1º de outubro de 2007.

Deputado Alberto Pinto Coelho – Presidente

Deputado Dinis Pinheiro – 1º-Secretário

Deputado Tiago Ulisses – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial PARA EMITIR PARECER SOBRE A Indicação DE Membro do Conselho de Defesa Social, em 12/9/2007

Às 15h27min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Getúlio Neiva, Ronaldo Magalhães e Domingos Sávio (substituindo este ao Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Getúlio Neiva, declara aberta a reunião, e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação devidamente rubricadas e convida o Deputado Domingos Sávio para atuar como escrutinador. Realizada a eleição, verifica-se que foram eleitos, com três votos cada, para Presidente o Deputado Getúlio Neiva e para Vice-Presidente o Deputado Ronaldo Magalhães. O Deputado Getúlio Neiva declara empossado o Deputado Ronaldo Magalhães e na oportunidade designa-o relator da matéria. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2007.

Getúlio Neiva, Presidente - Gláucia Brandão - Durval Ângelo - Ronaldo Magalhães.

ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/9/2007

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Chico Uejo (substituindo este ao Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta, em que solicita sejam convidados representantes da Copasa-MG para esclarecer nesta Comissão a utilização de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água, como foi recentemente divulgado pela imprensa mineira; e Délio Malheiros em que solicita a realização de audiência pública desta Comissão para discutir os elevados preços do cimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Célio Moreira.

ATA DA 26ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/9/2007

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa, Ademir Lucas e Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.537, 1.546, 1.548, 1.550 e 1.558/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 1.539, 1.543, 1.549 e 1.560/2007 (Deputado Sebastião Costa); 1.545, 1.552 e 1.559/2007 (Delvito Alves); 1.534, 1.542, 1.551, 1.557 e 1.561/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.538, 1.544, 1.553 e 1.562/2007 (Deputado Hely Tarquínio); 1.535 e 1.540/2007 (Deputado Sargento Rodrigues); 1.536, 1.541, 1.554 e 1.556/2007 (Deputado Neider Moreira) e 1.174/2007 (Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.513/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição); 438/2007 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição); 730 e 1.029/2007, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 1.233/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo). O Presidente informa que continua em discussão o parecer do relator, Deputado Gilberto Abramo, que conclui pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 898/2007. Neste momento, o relator da matéria, Deputado Gilberto Abramo, retira o parecer pela inconstitucionalidade apresentado anteriormente e passa a ler o outro parecer, que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma do Substitutivo nº 1 do referido projeto. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer do relator, que é aprovado. O Projeto de Lei nº 104/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela Comissão. São convertidos em diligência ao DER-MG o Projeto de Lei nº 489/2007; à Seplag, ao Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves e à autora o Projeto de Lei nº 1.522/2007; à Seplag e ao Prefeito Municipal de Capitólio o Projeto de Lei nº 1.523/2007. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Ademir Lucas, que conclui pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.174/2007, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Gilberto Abramo. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.317 e 1.327/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.346/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 319/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 1.450, 1.527 e 1.532/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.468, 1.528 e 1.531/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 1.521 e 1.526/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio, em virtude de redistribuição); 1.525/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues); 1.529/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 1.507/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 3ª Fase da

2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos em que se solicita sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.510 e 1.550/2007 e ao DER-MG o Projeto de Lei nº 1.511/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 20/9/2007, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Hely Tarquínio - Ademir Lucas - Célio Moreira.

ATA DA 25ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/9/2007

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Juninho Araújo e Djalma Diniz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Juninho Araújo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 471/2007 (relator: Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.099/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Juninho Araújo (2) em que solicita seja realizada visita às obras do trevo de Santa Luzia, na BR-381, e o encaminhamento de ofício ao Diretor-Geral do DNIT solicitando a instalação de duas lombadas reductoras de velocidade, bem como de uma passarela para pedestres, na Rodovia BR-262, Km 116, no Município de Rio Casca; Gustavo Valadares em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para ouvir o Presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais, Dr. Fernando Coura, que apresentará proposta para minimizar os impactos causados pelo transporte de minério de ferro na BR-040. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente - Juninho Araújo - Paulo Guedes.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/9/2007

Às 9h15min, comparecem na Câmara Municipal de Vespasiano os Deputados Sávio Souza Cruz e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dinis Pinheiro. Nos termos do § 3º do art. 125 do Regimento Interno, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, com base no inciso III do art. 120, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, os danos ambientais provocados pela Empresa de Cimentos Liz no Município de Vespasiano. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ademar José da Silva, Prefeito Municipal de Vespasiano; Valdeci Alves Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano; e José Wilson, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Vespasiano; Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário dessa Pasta; Humberto Lois, Analista Ambiental da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, representando o Sr. José Cláudio Junqueira, Presidente dessa Fundação; e Robson Liz de Almeida, Diretor-Superintendente da Empresa de Cimentos Liz, representando o Sr. Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos, Diretor-Presidente da Empresa, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dinis Pinheiro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe os seguintes requerimentos, que serão apreciados oportunamente: do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a realização de visita da Comissão aos Municípios de Piranga, Presidente Bernardes, Porto Firme e Ervália, com o objetivo de verificar as denúncias apresentadas pelo IEF e pela Polícia Militar do Meio Ambiente a respeito da devastação da floresta de mata atlântica na região da Zona da Mata mineira; e do Deputado Fábio Avelar, solicitando seja convidado o Presidente do Sindixtra, José Fernando Coura, para expor as propostas apresentadas na reunião da Câmara da Indústria Mineral da Fiemg a fim de solucionar os problemas causados pelo transporte de minério de ferro na BR-040, no trecho entre o Belvedere e Conselheiro Lafaiete. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos convidados e demais participantes a presença e os importantes subsídios prestados a esta Comissão, agradece ao Sr. Valdeci Alves Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano, a cessão do Plenário para a realização do evento, agradece aos parlamentares o comparecimento, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Wander Borges - Fábio Avelar.

ATA DA 25ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/9/2007

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Genaro, Antônio Júlio e Domingos Sávio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes, e informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a adoção de ações preventivas com vistas a coibir fugas, rebeliões e entrada de objetos nas carceragens de delegacias, cadeias públicas, penitenciárias e centros de remanejamento do Estado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Penitenciária; Cel. Alexandre Salles Cordeiro, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG, representando o Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Gustavo Botelho Neto, Superintendente-Geral de Polícia Civil; Herbert José Almeida Carneiro, Juiz da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte; Joaquim José Miranda Júnior, Promotor de Justiça do Centro de Apoio Criminal do Ministério Público de Minas Gerais; Paulo Roberto Santos Romero, Promotor de Justiça; e Marcos Afonso de Souza, Presidente do Conselho Estadual de Criminologia e Política Penitenciária, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.118, 1.120 e 1.126/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do

Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Cesar em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para, em audiência pública, debater, no Município de São João das Missões, o assassinato do índio xacriabá Avelino Nunes Macedo; Sargento Rodrigues (2), em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para, em audiência pública, debater e buscar soluções preventivas e de combate à violência nos estádios de futebol; e seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis e promotores de justiça que menciona, que participaram da força-tarefa denominada "Operação Vandec II", em homenagem ao Cabo PM Vandec Costa da Silva, morto durante um assalto no Município de São Gotardo; Sargento Rodrigues e Célio Moreira em que solicitam seja realizada visita desta Comissão ao Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG, para discutirem problemas dos militares matriculados no curso de Sargento, os quais estão em via de serem desligados do referido curso, tendo em vista a condição de dispensados temporariamente por questões de saúde, conforme previsto no art. 191 da Lei nº 5.301, de 1969, alterada pela Lei Complementar nº 95, de 2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Paulo Cesar, Presidente - Délio Malheiros - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/9/2007

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Carlin Moura, Vanderlei Jangrossi e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo este ao Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Lúcia Mendonça, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, denúncias veiculadas pela imprensa sobre irregularidades no programa Brasil Alfabetizado. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Antônio Carlos Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Machado, com informações sobre a Fundação Educacional de Machado. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Antônio Rosário Pereira, Presidente da Associação Micro-regional de Municípios da Micro-região do Médio Sapucaí; Antônio Milton Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Paraisópolis; Paulo Artur Gonçalves, Presidente da ONG Guardiões da Cidadania de Paraisópolis; e José Carlos Vasconcelos, advogado, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita sejam incluídos no rol de convidados desta reunião os Srs. José Carlos Vasconcelos e Antônio Milton Cardoso; seja realizada visita desta Comissão ao Município de Santa Rita do Sapucaí, com vistas a conhecer o potencial das indústrias eletroeletrônicas ali existentes, especialmente neste momento de implantação da TV digital brasileira; sejam remetidas cópias das notas taquigráficas desta reunião ao Ministério da Educação, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União e ao Senador Heráclito Fortes; sejam formulados convites à Secretária Municipal de Educação de Paraisópolis e aos dirigentes das ONGs Alfabetização pela Literatura - Alfalit - e Associação de Estudantes Secundaristas e Universitários de Paraisópolis - Assesu -, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a utilização de recursos do Programa Brasil Alfabetizado; Maria Lúcia Mendonça, em que solicita realização de reunião no Município de Paraisópolis para, em audiência pública, debater denúncias de irregularidades na aplicação de recursos do Programa Brasil Alfabetizado; Carlin Moura, em que solicita seja enviado ao Ministério da Educação pedido de informações sobre os convênios celebrados, os valores repassados, a situação das respectivas prestações de contas e providências tomadas em relação a eventuais irregularidades referentes à aplicação de recursos do Programa Brasil Alfabetizado pelas ONGs Alfabetização pela Literatura - Alfalit - e Associação dos Estudantes Secundaristas e Universitários - Assesup; Dinis Pinheiro, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para, em audiência pública, discutir o fechamento da unidade do Sesi-CAT - General Onésio Becker de Araújo, localizada no Bairro Barreiro, nesta Capital, e apresentar alternativas para a manutenção do funcionamento dessa unidade escolar; e Durval Ângelo e Carlin Moura, em que solicitam realização de reunião conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública para debater o desaparecimento do Sr. Reginaldo Nunes Pinto. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Deiró Marra, Presidente - Maria Lúcia Mendonça - Ana Maria Resende - Carlin Moura - Gláucia Brandão.

ATA DA 16ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Redação NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 19/9/2007

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Vanderlei Jangrossi, Dimas Fabiano e Zé Maia (substituindo este à Deputada Gláucia Brandão, por indicação da Liderança do BSB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Fabiano, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 347, 1.026, 1.324, 1.332, 1.354, 402, 827, 918, 1.213, 1.244, 1.303, 1.322, 1.348, 1.359 e 1.362/2007 (Deputado Zé Maia); e 1.370, 1.371, 1.373, 1.374, 1.375, 1.379, 1.380, 1.382, 1.384, 1.385, 1.388, 1.389, 1.390, 1.391, 1.393, 1.394 e 1.395/2007 (Deputado Dimas Fabiano). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 347, 1.026, 1.324, 1.332 e 1.354/2007 (relator: Deputado Zé Maia). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 402, 827, 918, 1.213, 1.244, 1.303, 1.322, 1.348, 1.359, 1.362/2007 (relator: Deputado Zé Maia); e 1.370, 1.371, 1.373, 1.374, 1.375, 1.379, 1.380, 1.382, 1.384, 1.385, 1.388, 1.389, 1.390, 1.391, 1.393, 1.394 e 1.395/2007 (relator: Deputado Dimas Fabiano). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Délio Malheiros - Sebastião Costa.

ATA DA 19ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/9/2007

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues.

Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Suspende-se a reunião. Às 9h35min são reabertos os trabalhos. Os Deputados Zé Maia e Jayro Lessa se retiram da reunião. O Deputado Sebastião Helvécio assume a Presidência dos trabalhos. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Administração Pública (relator: Deputado Sebastião Helvécio). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Zé Maia, Presidente - Agostinho Patrús Filho - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada.

ATA DA 25ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/9/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Tadeu Leite, Zé Maia e Padre João (substituindo este ao Deputado Durval Ângelo, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Padre João, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Teófilo Felipe dos Santos encaminhando cópia de documentos relativos ao servidor público João Sabino Pereira Lopes, vítima de perseguição política supostamente praticada pelo atual Prefeito Municipal de Salto da Divisa; e de ofícios dos Srs. Marcos Helênio Leoni Pena, Superintendente Regional do Incra em Minas Gerais, e Lucimeri Selivon, Chefe de Gabinete do Incra, publicados no "Diário do Legislativo" em 13/9/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Padre João, em que solicita seja ouvido nesta Comissão, com a participação dos convidados que menciona, o Sr. Fernando Machado Furtado, que irá apresentar denúncia de fraude na emissão de laudos periciais de exames de DNA. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Luiz Tadeu Leite, Presidente - João Leite - Padre João.

ATA DA 23ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 20/9/2007

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião, com os responsáveis pelo PPAG na Seplag e com a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com o objetivo de planejar as audiências públicas para a discussão popular do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, período 2008/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - João Leite.

ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 25/9/2007

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o aumento do preço do cimento. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Alexandre Werneck, assessor, representando o Procon Assembléia; Feliciano Abreu, Diretor Executivo do Mercado Mineiro; Ricardo Geovanni Fortuna Caus, Presidente da Acomac; e Antônio Carlos Pena Pereira, Presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem a esta reunião, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio e Célio Moreira, em que pleiteiam sejam enviados ofícios ao Cade solicitando seja apurada a possível formação de cartel e de práticas abusivas perpetuadas pela indústria e pelo comércio cimenteiro; à Cemig solicitando sejam esclarecidos os motivos pelos quais optou pela utilização do poste de madeira em detrimento do poste de cimento no programa "Luz para Todos"; ao Ministério Público solicitando sejam apuradas as práticas comerciais abusivas perpetuadas pelo comércio cimenteiro; à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas solicitando sejam tomadas as providências que julgar necessárias quanto à possível formação de cartel das cimenteiras; e ao Ipead solicitando seja elaborado levantamento da variação do preço do cimento e de seus componentes no período de 2003 a 2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Célio Moreira.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 25/9/2007

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Padre João, assume a Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Mensagem do Governador nº 100/2007 em turno único (Deputado Padre João). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.175/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Padre João, em que solicita seja realizada audiência pública, para discutir e dar encaminhamentos ao Projeto de Lei nº 1.010/2007, que dispõe sobre a Política Estadual de compensação e proteção aos agricultores familiares cujas glebas possuam áreas de preservação permanente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Padre João, Presidente - Getúlio Neiva.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial PARA EMITIR PARECER SOBRE A Indicação DE Membro do Conselho de Defesa Social, em 25/9/2007

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Getúlio Neiva, Ronaldo Magalhães e Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Getúlio Neiva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a argüição pública do Sr. Cláudio Chaves Beato Filho e, se possível, a apreciar o parecer. A Presidência concede a palavra à Deputada Gláucia Brandão e aos Deputados Ronaldo Magalhães e Durval Ângelo, para que procedam às suas argüições, conforme consta das notas taquigráficas. A seguir, o Presidente agradece a presença do Sr. Cláudio Chaves Beato Filho e suspende a reunião para que o argüido possa se retirar. Retomados os trabalhos da reunião, passa-se à 1ª fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela aprovação da indicação do Sr. Cláudio Chaves Beato Filho para compor o Conselho de Defesa Social. A Presidência suspende a reunião por cinco minutos para que seja lavrada a ata desta reunião. Reabertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, o Presidente dispensa a leitura da ata da presente reunião, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes, agradece a presença dos parlamentares, e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2007.

Getúlio Neiva, Presidente - Ronaldo Magalhães, relator - Gláucia Brandão - Durval Ângelo.

ATA DA 10ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 26/9/2007

Às 10h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, com base no inciso III do art. 120, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos Deputados presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater questões relativas a empréstimos consignados e por meio eletrônico e comunica o recebimento de ofício do Sr. Geraldo Lincoln Raydan, da Associação Brasileira de Cimento Portland, informando não possuir dados para participar da discussão envolvendo o preço do cimento, em reunião desta Comissão realizada em 25/9/2007. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Antero de Moraes Meireles, Gerente Administrativo do Banco Central-MG; Adriana Fileto, economista e técnica do Procon Câmara Municipal, representando o Sr. Marcos Tofani Baer Bahia, Promotor de Defesa do Consumidor; Samuel Rengel Nunes, Diretor Operacional da Regional Sudeste da Associação Nacional dos Consumidores de Crédito; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon Assembléia; Alacir Ribeiro Antônio Filho, Diretor Técnico e Marcelo Cota, Superintendente, representando o Sr. Luiz Henrique Andrade de Araújo, Presidente da Associação de Bancos do Estado de Minas Gerais; Robson de Souza Bittencourt, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais; Cláudio Vilaça, Presidente da ONG Orgapol; Maurício Gonçalves Moura, Policial Civil aposentado, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio. A Presidência concede a palavra ao Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros, Célio Moreira e Antônio Júlio (3), em que solicitam: ao Banco Central, informações sobre as providências que têm sido tomadas junto às instituições financeiras para coibir o abuso da prática de empréstimos consignados para pensionistas e aposentados, e os resultados obtidos; ao Procon Estadual e à Delegacia de Defesa do Consumidor, providências para coibir a oferta de crédito, por parte das instituições financeiras, mediante interpelação do consumidor nas vias públicas; e a promoção de estudos, pela Gerência de Consultoria desta Casa, para alteração da Lei nº 15.025/2004, que dispõe sobre o crédito consignado; dos Deputados Délio Malheiros e Célio Moreira (2), em que solicitam: seja realizada audiência pública para discutir os problemas enfrentados pelos consumidores de planos e seguros de saúde; e seja formulado apelo à Secretaria de Estado de Fazenda para que seja incluída, no novo contrato a ser firmado com as instituições financeiras responsáveis pela folha de pagamento do Estado, cláusula que lhes imponha a obrigação de não reter a remuneração ou os proventos dos servidores ativos e aposentados, em razão de operações de crédito, salvo nos limites de 30% autorizados em lei. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2007.

Délio Malheiros, Presidente.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 92ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 2/10/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para realização do fórum técnico "ICMS solidário".

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 28ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 2/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 29/2007, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 1.124/2007, do Deputado Délio Malheiros; 104/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 687/2007, do Deputado Arlen Santiago; 731/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 849/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.309 e 1.310/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.369/2007, de iniciativa popular; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.422/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.426/2007, do Deputado Paulo Guedes; 1.459/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.470/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.503/2007, do Deputado Bráulio Braz; 1.505/2007, do Deputado Roberto Carvalho; 1.515/2007, do Deputado Delvito Alves; 1.524/2007, do Deputado Wander Borges; 1.560/2007, do Deputado Juninho Araújo; 1.571/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 2/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.468/2007, do Deputado Zé Maia.

Requerimento nº 1.206/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 2/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.463/2007, do Deputado Wander Borges.

Requerimento nº 1.199/2007, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 2/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.527/2007, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 2/10/2007, destinada à realização do fórum técnico "ICMS solidário".

Palácio da Inconfidência, 1º de outubro 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Padre João, Rômulo Veneroso e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2007, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2007.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a prática, utilizada por empresas prestadoras de serviços, de venda casada de cartões de crédito e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2007.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2007, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário, em 1º turno, ao Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2007.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Lafayette de Andrada, Durval Ângelo, Ivair Nogueira e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2007, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2007.

Fahim Sawan, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 458/2007, da Deputada Ana Maria Resende, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.451/2007, da Deputada Rosângela Reis, o Projeto de Lei nº 1.494/2007, do Deputado Célio Moreira, de votar, em turno único, o Requerimento nº 1.122/2007, do Deputado Eros Biondini, o Requerimento nº 1.157/2007, do Deputado Weliton Prado, o Requerimento nº 1.176/2007, do Deputado Doutor Viana, os Requerimentos nºs 1.185, 1.186, 1.187 e 1.188/2007, da Comissão de Direitos Humanos; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/10/2007, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade, com a presença de convidados, de fazer o lançamento do livro "Gestão e Espiritualidade", de autoria do Irmão Afonso Murad, realizar debate a respeito da obra, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

89ª reunião ordinária da 1ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 25/9/2007

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, público que nos acompanha em todo o Estado pela TV Assembléia, caros senhores e senhoras que nos acompanham das galerias.

Primeiramente, agradeço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que me cedeu este espaço para falar da tribuna, na sua frente, porque tenho uma audiência pública às 14h30min, onde trataremos de transporte - dos ônibus que estavam impedidos de transitar há mais de 15 anos. Esse assunto vem agora à Assembléia, e iremos discuti-lo, daqui a pouco, na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Volto hoje a esta tribuna para fazer uma breve análise dos dados sobre o censo populacional realizado, em 2007, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Nova Serrana, minha cidade natal, que tive a honra de governar em duas oportunidades, foi o Município mineiro que mais cresceu nos últimos sete anos, segundo mostram os dados do IBGE. De fato, entre o ano 2000 - data do último censo populacional feito pelo IBGE - e 2007, o Município de Nova Serrana cresceu 5,68% ao ano, e hoje tem mais de 60 mil habitantes. São números realmente impressionantes, pois, quando fui Prefeito desse Município, em 1989, Nova Serrana contava com pouco mais de 10 mil habitantes.

A implantação, o desenvolvimento e a consolidação do pólo calçadista de Nova Serrana explicam um crescimento tão grande, sem similar em nosso Estado. Hoje, o pólo calçadista, que tem mais de mil empresas só em Nova Serrana, gera reflexos positivos em toda a região. Basta lembrar que o 4º Município mineiro que mais cresceu, nos últimos sete anos, foi São Gonçalo do Pará, localizado em nossa região, a menos de 20km de Nova Serrana. E que cidades como Araújo, Bom Despacho e Perdigoão também vêm registrando expressivo crescimento de sua população e da atividade econômica, em conseqüência da indústria calçadista.

Importante ressaltar que Nova Serrana é o 2º maior pólo calçadista brasileiro, atrás apenas do Rio Grande do Sul, e o maior fabricante brasileiro de calçados esportivos, superando até o Município de Franca, que, durante muitos anos, foi referência na fabricação de calçados.

O desenvolvimento de Nova Serrana e região foi baseado no espírito empreendedor e na competência de seus empresários, somada à força de

trabalho de nossa gente.

Contudo, nem tudo são flores nesse cenário. Hoje Nova Serrana vê seu crescimento ameaçado pela falta de infra-estrutura. A falta de energia elétrica já é uma realidade que preocupa nossos empresários, inibe novos investimentos e pode ser uma barreira para que o pólo calçadista se desenvolva ainda mais.

Recentemente tivemos de fazer gestões junto à Copasa para que os empresários não tivessem de assumir os custos de tratamento de esgoto sanitário das indústrias.

Essa realidade nos leva a pedir ao Governador Aécio Neves, que tanto tem prestigiado nossa região e a quem tenho a honra de servir como Vice-Líder do Governo nesta Casa, que olhe com um carinho ainda maior para nossa região.

Hoje temos sérios problemas na área de segurança pública, que, aliás, foi objeto de uma audiência pública da Comissão de Segurança Pública da Assembléia em Nova Serrana em maio deste ano. Nessa oportunidade, lideranças empresariais e comunitárias de Nova Serrana mostraram que faltam viaturas e policiais, civis e militares, para combater a violência gerada pelo expressivo aumento da população.

Também nas áreas da saúde, da educação e do saneamento básico existem grandes problemas a serem solucionados em Nova Serrana e região.

Para ilustrar esse dado da área de saúde, em Nova Serrana, hoje, caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, nascem 120 crianças só em hospitais. Isso quer dizer que precisam ser construídas quatro salas de aula por mês a fim de atender essa população que está nascendo no Município, além de outras crianças e de um contingente populacional que vem de outras cidades. É importante destacar, ainda, que, graças aos empregos gerados pela indústria calçadista, muita mão-de-obra de outras regiões de Minas, como do Norte do Estado e até do Nordeste brasileiro, está migrando para Nova Serrana e região. Estimativas extra-oficiais indicam que mais de 20 mil famílias migrantes hoje estão vivendo em Nova Serrana e entorno, reduzindo graves problemas sociais, como a falta de habitação, em suas regiões de origem, mas transferindo-os para o nosso Município, sobrecarregando as redes públicas de ensino e de saúde. Essa é uma questão que temos de atacar de frente, antes que os problemas se aprofundem e suas soluções se tornem inviáveis. Faço aqui, portanto, este apelo ao Governador Aécio Neves, para que, com toda a sua sensibilidade e visão de futuro, mobilize sua equipe, composta por alguns dos técnicos mais competentes do Brasil, para modificar essa nossa realidade.

Queremos que Nova Serrana e região tenham as condições necessárias para continuar crescendo, gerando empregos, impostos e divisas para o nosso Estado e o País, sem enfrentar os graves problemas que regiões brasileiras que passaram por explosões de crescimento econômico e populacional semelhantes às nossas vivenciaram. Temos confiança irrestrita na capacidade de nosso Governador e, com ele, vamos nos mobilizar para que o desenvolvimento em Nova Serrana e região se dê de forma harmônica e planejada, estendendo a todos os cidadãos os benefícios do progresso e evitando as mazelas que muitas vezes podem acompanhar um crescimento econômico pujante, porém, como temos visto, desordenado. Quero abordar aqui desta tribuna um outro assunto. Trata-se de um agradecimento que queremos fazer ao Governador Aécio Neves. Estivemos hoje no Palácio, quando ele lançava um programa com mais de 300 obras em todo o Estado. Na nossa região, a cidade de Bom Despacho foi uma das cidades contempladas. Há uma ponte sobre o Rio São Francisco, que liga Bom Despacho a Dores do Indaiá, que pouco antes de 1990, caiu. Vários Governadores que passaram pelo Estado assumiram o compromisso de reconstruí-la. Aliás, houve Governador que foi ao local da ponte e falou sobre o início da obra, mas até hoje ela não foi realizada. Fizemos uma reivindicação ao Governador, ao Secretário Fuad, que incluiu nesse plano de obras a construção dessa ponte importantíssima para Bom Despacho, Dores do Indaiá e toda a região. Lá, caro Presidente, produtores de leite tinham de dar uma volta de 80km para levar leite até Bom Despacho, em função da destruição dessa ponte pelas chuvas nos anos de 1989 e 1990.

Então, hoje, a população de Bom Despacho e de Dores do Indaiá agradece ao Governador essa importante obra que trará grandes benefícios para a nossa região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, trabalhadores e motoristas que hoje estão debatendo o Decreto nº 44.604, nossos cumprimentos. Tenho certeza de que a Assembléia Legislativa sempre estará vigilante, buscando efetivamente uma solução para o grave problema que afeta todos os motoristas de transporte fretado. Já fizemos pronunciamento a propósito nesta Casa e, como o Deputado Paulo Cesar agora acabou de manifestar, teremos às 14h30min uma importante reunião com o intuito de buscar solução para o problema.

Imprensa, senhores e senhoras, meus amigos da galeria, gostaria de iniciar minha fala manifestando-me sobre o evento do qual tivemos o prazer de participar e assistir hoje no Palácio da Liberdade, que, mais uma vez, abriu suas portas aos mineiros. O Governador, com a lucidez de sempre - com seu secretariado, especialmente com o Secretário de Obras, com representantes do Deop, do Setop e do DER, e com o Secretário Fuad Noman -, anunciou novos investimentos para Minas Gerais. Como é bom nós, parlamentares, e os mineiros ouvirmos do nosso Governador que serão feitos novos investimentos! Nesta tribuna, por tantas e reiteradas oportunidades, estivemos em busca de melhora para as nossas rodovias, para as nossas MGs, para as pontes, para os entroncamentos e trevos, enfim, para toda a malha rodoviária do Estado. Fizemos vários pleitos junto ao governo.

E hoje, num evento festivo e bonito, que contou com a participação de inúmeros Prefeitos, ouvimos com satisfação o Governador anunciar mais de 300 obras, num investimento de R\$190.000.000,00. Esses recursos serão destinados ao Pró-Acesso, para aplicação em pontes, principalmente as que enfrentaram problemas sérios decorrentes de enchentes. Tivemos também a oportunidade de ouvir do nosso Secretário Fuad o compromisso de buscar ações importantes para melhora do nosso eixo rodoviário.

Quero manifestar a todos nossa satisfação de lá estar com nossos Prefeitos e ouvir que serão realizadas obras, particularmente no Sul de Minas. Segundo manifestação do próprio Governador, haverá obras não somente no Sul de Minas, mas em todas as regiões do Estado. Pudemos ouvir que serão realizadas obras que há tempos estamos buscando para o nosso Sul de Minas. Muitas já estão sendo iniciadas; outras, recuperadas.

É muito importante, neste momento - como ocorrido há 10 dias, relativamente ao Pró-Acesso -, o anúncio do Governador acerca de investimentos da ordem de R\$190.000.000,00 para atender praticamente 300 Municípios mineiros. O Governador, com a lucidez de sempre, hoje renovou o compromisso de só iniciar uma obra quando ocorrer a efetivação do dinheiro em caixa. O Governador, em nenhum momento, desde o início de seu mandato, começou uma obra deixando de concluí-la. Há compromisso com a população acerca de todos os investimentos feitos, e o Governador, por meio da sua equipe de governo, já possui dotação orçamentária para as obras.

Manifesto também minha alegria pelo recapeamento da Estrada Inconfidentes, do Sul de Minas a Bueno Brandão.

No ano passado, lá estivemos com o então Secretário de Obras, Paulo Paiva, com o Dr. José Élcio e com todos os componentes do DER. Ressalto o compromisso do nosso Governador de iniciar o recapeamento dessa importante rodovia. Hoje, praticamente 50% dessa rodovia estão prontos. Há ainda outras obras, como a de Pouso Alegre a Jacutinga, que está praticamente toda recuperada. Há ainda a obra de

Andradas a Ibitiúra de Minas, fruto de uma grande luta travada durante muito tempo pelos Deputados Geraldo Thadeu, Mosconi, Antônio Carlos, enfim, por todos os parlamentares do Sul de Minas que fazem parte da base do governo, que sempre cobram ações importantes.

Recebemos o anúncio referente à estrada de Cruzília e Luminárias. Temos também o trecho de Camanducaia a Monte Verde, que é um eixo turístico muito importante no Estado. Quanto a isso, há, nesta Casa, um projeto de lei para ser apreciado na próxima semana. Assim, Monte Verde se tornará a primeira estância climática do Estado de Minas Gerais, em virtude de sua situação climática.

Portanto, realmente estamos vivendo em um estado de graça. Para nós, Deputados de todas as regiões, isso tem sido muito importante. Sempre que estamos no Palácio, ao lado de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, sentimos-nos fortalecidos, encorajados, pois sempre recebemos uma boa nova. Dessa forma, enchemo-nos de alegria, tendo em vista a perspectiva de garantia de trabalho e de desenvolvimento. Nós, Deputados, que tivemos a felicidade de estar no Palácio hoje, estivemos diante de mais uma grande oportunidade de desenvolvimento da nossa região, e este desenvolvimento é destinado ao povo mineiro.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte) - Fico grato, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a quem cumprimento pelo pronunciamento que faz neste momento.

Hoje, pela manhã, assim como V. Exa., também estive com o Governador Aécio Neves na cerimônia em que ele lançou um programa de recuperação de estradas de Minas Gerais, orçado no valor de R\$190.000.000,00. Essas estradas ligam cidades de todas as regiões do Estado.

Como faz V. Exa., entendo que é importante ressaltar a região do Sul de Minas, que foi bem aquinhoadada por essa ação do governo. Trata-se de uma atitude competente e sensível do nosso Governador, que vem recuperar, com muita força e expressão, o nosso Estado, colocando-o em condições de desenvolvimento. Esperamos que Minas Gerais realmente possa ter esse desenvolvimento - aliás, já está começando a ter.

Estive lá com vários Prefeitos da região, entre os quais estavam a Prefeita Margot Pioli, de Andradas, e o Prefeito Guidi, de Botelhos. Estive lá observando a estrada que liga Andradas, Ibitiúra de Minas e Santa Rita de Caldas, pela qual V. Exa. tanto batalhou, além de outras estradas da região.

O Deputado Antônio Carlos Arantes, que está aqui, também tem batalhado muito por essas estradas. No grupo de Deputados do Sul de Minas, cito Geraldo Thadeu, Carlos Melles e Bilac que buscam benefícios para nossa região.

Vale a pena ressaltar a estrada de Botelhos a Divisa Nova, que também consta no referido programa e é muito importante para a nossa região.

Portanto parabeno V. Exa. pelo seu pronunciamento, por meio do qual divulga esse grande programa, esse grande projeto do Governador Aécio Neves, em benefício de todo o Estado de Minas Gerais. Parabéns, Deputado Dalmo Ribeiro Silva!

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado. Estamos falando de coisas boas, mas gostaria de falar, ainda que resumidamente, da situação da Fernão Dias. Uma matéria publicada, domingo, chamou-nos a atenção: "Fernão Dias agoniza antes do leilão".

Nós, Deputados, bem como quem frequenta a região Sul de Minas, o Sudoeste, podemos confirmar isso como sendo expressão da verdade. Há muito tempo, a Fernão Dias não tem recebido do DNIT a atenção necessária. Posso dizer a todos os parlamentares que, semanalmente, passo pelo trecho compreendido entre Belo Horizonte e Pouso Alegre.

E, muitas vezes, vou até Extrema. São mais de 500km do eixo Capital a Capital. Nunca se andou em uma rodovia tão precária como essa. No próximo dia 9, teremos o leilão dessa rodovia. Temos, acima de tudo, esse compromisso com os mineiros, porque há ações importantes para a recuperação dos eixos e dos trechos mais perigosos.

A reportagem desse importante noticiário percorreu todos os caminhos e trechos, mostrando a precariedade da pista. Aliás, devo manifestar a todos os parlamentares que temos um requerimento nosso, aprovado nesta Casa, de realização de uma audiência pública aqui, na Assembléia Legislativa, na Comissão de Transporte, exatamente no dia do leilão da Rodovia Fernão Dias, com o objetivo de discutir as praças de pedágio.

Sabemos que, na forma em que consta no edital, essa será a mais cara rodovia para se trafegar nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Teremos aproximadamente oito praças de pedágio. Sem dúvida alguma, hoje, conforme o noticiário, teremos aproximadamente pedágio de R\$50,00 a R\$60,00 para automóveis. Peço 1 minuto ao Deputado Deiró Marra, para que possa conceder-lhe aparte.

Vamos calcular os eixos de caminhões que trafegam por essa rodovia. Sem dúvida alguma, nessa audiência pública requerida há algum tempo, na Comissão de Transporte, com a presença dos Prefeitos, em cujos Municípios estarão, aliás, sediadas as praças de pedágios, teremos uma discussão. E temos obrigação de conhecer, sim, o edital que será licitado no dia 9. Já enviamos ofício ao DNIT para que nos informe as condições e, principalmente, os quesitos para esse edital.

Queremos melhorias, ainda que com pedágio, mas temos também de olhar o povo mineiro para que não seja afetado, acima de tudo, pela situação difícil do pagamento dos pedágios. Teremos aproximadamente R\$70,00 de pedágio de Belo Horizonte a São Paulo.

Agradeço ao Deputado Gustavo Valadares, porque a audiência já está marcada e, no próximo dia 9, podemos contar com a presença de representantes do DNIT e com os Prefeitos de Itaguara, de Oliveira, de Três Corações, de Perdões, de Careagu e de Camanducaia. Teremos também a presença da Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de Minas Gerais e do representante do DNIT, que poderá esclarecer-nos, com profundidade, acima de tudo, os requisitos dos editais previstos para o dia 9.

O Deputado Deiró Marra (em aparte) - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, estava ouvindo atentamente suas palavras e não poderia deixar de me manifestar. O ramo do transporte é um dos segmentos em que atuamos na iniciativa privada. Deputado, tenho aqui o testemunho pessoal e de um empresário. Falo ao senhor, com certeza, que pude tomar ciência, sim, da iniciativa dessa audiência pública. Realmente esse assunto deve ser discutido. Temos exemplos, como o do Governador do Estado do Paraná, quando paralisaram todas as praças de pedágio daquele Estado em razão do alto custo do pedágio.

Em 2005, o governo federal editou uma famigerada medida provisória pela qual transferia para os empresários do transporte a incumbência de repassar o custo do pedágio. Sabemos que era mais um custo a ser colocado para o consumidor final. Sabíamos - sabemos, e temos a convicção disso, Deputado Dalmo Ribeiro Silva - que o pedágio é quase impossível de ser repassado dado o seu estratosférico custo, hoje, na ordem de mais de 36% do custo tributário nacional.

O pedágio é, sem dúvida alguma, um dos mecanismos de recuperação das nossas rodovias. Temos essa convicção, mas o processo não pode

ocorrer como nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, com concessão de mais de 50, 60 anos para as empresas, cuja margem de rentabilidade foi recuperada em menos de 10 anos. Os investimentos foram totalmente recuperados, e elas ainda têm mais de 40 anos pela frente. Isso demonstra a fragilidade do processo de privatização das nossas rodovias.

Faço este aparte e deixo este registro, para que possamos discutir esse assunto na audiência. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, caríssimo Deputado Deiró Marra.

Estamos preocupados porque 40% da economia mineira utiliza esse importante eixo viário. O momento é agora! Não podemos absolutamente deixar para depois. Requeremos essa audiência há um tempo, e, coincidentemente, ela será realizada no dia do leilão. Queremos debater o assunto e estamos solicitando ao Presidente a designação de uma comissão para ir a Brasília, porque realmente a estrada é do nosso Estado de Minas Gerais. Já fizemos contato com Deputados do Estado de São Paulo, onde haverá duas praças de pedágio, e, em Minas, haverá seis. Tenho certeza absoluta que, da forma como o processo está sendo licitado e informado à população, será inviável.

Hoje o maior tráfego é de caminhões, veículos e ônibus. Estudantes trafegam diariamente pelas estradas. Temos de debater o assunto; temos de conhecê-lo. Há mais de 20 anos que essa rodovia está à mercê do entendimento do governo federal, sem nenhuma preocupação com a recuperação de placas, sinalização, buracos. Até o DER nos ajudou a tapar buracos em cabeceiras de pontes.

Portanto essa tem sido a rodovia da morte para quem a utiliza, como nós. Precisamos desse importante meio de comunicação.

Agora, sim, vamos debater o pedágio, vamos saber do DNIT as razões maiores e, principalmente, não vamos permitir pedágio caro, conforme está sendo anunciado pelo governo federal. Não importa se demorou muito para a privatização ser encampada, mas o usuário não pode ficar à mercê, compelido, com o compromisso de pagar um valor elevado, não tendo condições de fazê-lo no seu dia-a-dia.

São essas as nossas considerações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, servidores da Casa, queridos telespectadores da TV Assembléia, na condição de membro da Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial, a pedido da nossa querida Presidente, a ilustre Deputada Elisa Costa, tive a oportunidade e o prazer de participar ontem, no Teatro da Assembléia, do lançamento de um importante projeto intitulado Cidadania dos Ciganos. Ele está sendo implementado pelo Sindicato dos Oficiais de Registro Civil de Minas Gerais - Recivil -, com o Centro de Cultura Cigana, a Defensoria Pública de Minas Gerais, a Subsecretaria de Direitos Humanos, da Sedese, e conta ainda com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do nosso querido Ministro Patrus, da Subsecretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, da Secretaria de Promoção e Integração Racial, da Presidência da República, do GTI Cigano, do Ministério da Justiça e de diversos outros Ministérios. É um projeto que tem um conteúdo fundamental de resgate da cidadania de uma parcela significativa do povo brasileiro, que é a comunidade cigana, a qual, em Minas Gerais, tem uma importante participação. Segundo o projeto, a universalização do registro civil foi imposta por decreto, ainda do século retrasado, o Decreto nº 9.886, de 7/3/88, que instituiu a obrigatoriedade do registro de nascimento, casamento e óbito em escritórios do Estado. Apesar dessa universalização, o registro civil demorou a ser aceito pela população, principalmente no interior do País, onde o controle religioso da Igreja Católica e a distância das áreas rurais aos cartórios impossibilitavam um maior índice de registros. O registro civil no Brasil, hoje, é regulado pela Lei nº 6.015, de 1973, denominada Lei dos Registros Públicos, mas ainda é triste a nossa realidade, sendo notório o alto índice de sub-registro, ou seja, muitos brasileiros membros de comunidades tradicionais, entre as quais a comunidade cigana, não são registrados civilmente. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a Subsecretaria de Estado de Direitos Humanos, a Defensoria Pública e o Sindicato dos Oficiais de Registro Civil - Recivil -, preocupados com a grave situação de abstenção ao registro civil de nascimento, sendo esse documento essencial ao exercício do direito à cidadania, elaboraram o Projeto Cidadania dos Ciganos, objetivando erradicar o sub-registro nessa comunidade tradicional. Com o trabalho de articulação de órgãos públicos, com o apoio do governo do Estado de Minas Gerais, do governo federal, da magistratura, do Ministério Público, de várias entidades governamentais e não governamentais, o projeto será desencadeado durante o ano de 2008. As entidades pretendem fazer uma grande mobilização estadual para o registro civil de nascimento, que irá resultar na erradicação do sub-registro de nascimento nas comunidades ciganas. O Projeto Cidadania dos Ciganos irá de fato levar às comunidades ciganas os direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, que assegura o registro civil gratuito de nascimento, direito este reforçado com a promulgação da Lei nº 9.534, de 10/12/97, estendendo a gratuidade a todas as pessoas, indistintamente. O Projeto Cidadania dos Ciganos pretende romper com um problema histórico de exclusão e preconceito da população cigana. Em grande parte isso se deve a uma situação crítica de marginalidade social. Os registros históricos dessa população demonstram que, desde os primórdios da colonização portuguesa no Brasil, os ciganos sofreram graves censuras e preconceitos por parte das instituições do próprio Estado, no nosso país. A comunidade cigana, por várias vezes, foi vítima de perseguição e de massacres e também do preconceito exacerbado de uma parcela da população brasileira, que tratava os ciganos como se fossem uma parte excluída da população. O sub-registro da população cigana é muito grande, superando os dados relativos à média encontrada no Estado de Minas Gerais. De um lado, temos um tão elevado índice de sub-registro dessa população que supera a média de sub-registros encontrada no Estado de Minas Gerais: segundo o Centro de Cultura Cigana, numa população de 432.503 ciganos no Estado de Minas Gerais, 26,85% destes, ou seja, 116.127, não possuem registro de nascimento. Minas Gerais é o Estado que tem a maior população cigana do Brasil. De outro lado, existe o desafio de se trabalhar com parte da população cigana, que é nômade e que precisa de um mecanismo que lhe possibilite a concretização do registro de nascimento. Assim, o Projeto Cidadania dos Ciganos visa romper esse problema e criar um mecanismo viável de atendimento dessa demanda social. É importante ressaltar que essa ação pretende modificar o atual cenário, que gera conflito de caráter racial, com conseqüências sérias, do ponto de vista da intolerância e do preconceito, para a promoção da cidadania dos ciganos. A questão racial, nos dias de hoje, tomou uma relevância crucial na conjuntura brasileira e mundial, colocando o tema do preconceito racial como inaceitável em qualquer circunstância.

O projeto tem como foco, portanto, a erradicação do sub-registro, para, conseqüentemente, tornar acessível a formalização do estado jurídico de direito vigente em nosso país a segmentos da sociedade incluídos na diversidade cultural e racial que fazem do Brasil um dos países mais ricos de influência cultural.

O Projeto Cidadania dos Ciganos tem como objetivos a promoção e o resgate da cidadania da população cigana de Minas Gerais, oferecendo-lhes a oportunidade de ter sua documentação civil básica e acesso aos programas sociais do governo federal. A população cigana, pela inexistência do registro, é, muitas vezes, impedida de participar de programas sociais como o Bolsa-Família e o Pronaf. São vários os programas que hoje estão em curso pelo governo federal, e de que o cigano é excluído, porque é considerado inexistente para efeito do registro legal - é oficialmente considerado inexistente, pela ausência do registro civil. Muitas crianças da comunidade cigana são impedidas até de se matricularem em escolas públicas do nosso Estado, ou mesmo particulares, pela ausência dessa documentação.

Nesta Casa, tivemos o privilégio e a oportunidade de contar com o Deputado Biel Rocha, na legislatura passada, que tratava com muito carinho e atenção a questão da cidadania dos ciganos. Entre os projetos por ele elaborados, há um que garante a matrícula dos filhos de ciganos em qualquer época do ano, em função da especificidade dessa comunidade, que é nômade. Esse projeto será, por iniciativa da Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial, reeditado nesta legislatura, por este Deputado e pela Deputada Elisa Costa.

Minas Gerais tem uma das maiores populações ciganas do Brasil, e a situação de sub-registro desta população é muito grande, acima da média geral de sub-registro do Estado.

O nomadismo - ou seja, o fato de a comunidade cigana estar a cada dia em um lugar; de não ter um local fixo de residência, em função de sua cultura - dessa população é a condição mais difícil para a realização dessa ação social.

Essa exclusão jurídica é um fator potencializador de conflito racial no Estado e no Brasil. O trabalho deve, contudo, ser iniciado o mais rápido possível, tendo em vista o alcance que essa ação deverá ter, considerando sua abrangência nos demais Estados da Federação.

O Sindicato dos Oficiais de Registro Civil, por meio de seu Presidente, o Dr. Paulo Riso, encampou o Plano Nacional de Mobilização pela erradicação do sub-registro e tem plenas condições estruturais de coordenar uma ação com essa complexidade, tomando como base a experiência acumulada nas ações desenvolvidas em outros projetos sociais, principalmente a Caravana da Assistência Social em convênio com a Sedese e o governo federal. Esse é um fator fundamental para iniciar esse projeto por Minas Gerais e sob a coordenação da equipe do sindicato Recivil.

As metas do projeto da cidadania cigana são: efetuar o registro de nascimento e fornecer outros documentos, como segundas vias de certidões de nascimento, casamento e óbito, reconhecimento de paternidade, transformação de união estável em casamento, registro de óbito extemporâneo e outros atos civis básicos a mais de 100 mil membros da comunidade cigana em Minas Gerais; criar um banco de dados para cadastrar os ciganos e dar suporte à realização daqueles atos de registro civil e outros documentos; e executar eventos em forma de mutirão em 80 Municípios mineiros, percorrendo aproximadamente 25.000km.

É importante registrar que a tradição do Estado brasileiro, quando procurou fazer o registro dessas comunidades, foi sempre a de coagir, controlar, perseguir. Hoje, o principal desafio de um projeto como esse é romper essa barreira e mostrar que visamos a implementar a cidadania dessa população tão sofrida e perseguida, que vive tantas agruras em seu dia-a-dia. E isso acontece em um Estado com o privilégio de ter uma grande comunidade como essa, a comunidade cigana. Este Estado teve ainda o privilégio de, pela primeira vez na história da humanidade - mesmo que alguns não queiram assim reconhecer -, propiciar um Presidente da República de origem cigana: o nosso grande mineiro e grande Presidente Juscelino Kubitschek, que tem uma tradição cigana, pois seu pai é filho de ciganos, apesar de muitas vezes a história tentar esconder esse fato. Portanto, Minas Gerais teve o privilégio de oferecer à Nação um Presidente que, sem dúvida, foi um dos melhores do País, e de origem cigana. Assim é mais do que justo o Estado criar esse mecanismo.

Assim, queremos parabenizar todas as entidades que participam do projeto de cidadania cigana, especialmente o Sindicato dos Oficiais de Registro Civil, na pessoa de seu Presidente, Paulo Riso. Convocamos toda a comunidade cigana do Estado a se informar melhor sobre o projeto e a integrá-lo e participar dele, pois, sem dúvida nenhuma, é um projeto importante de resgate da cidadania de uma importante parcela da população de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, minha presença nesta tribuna é para relatar complementarmente as ações que o governo de Minas Gerais implantará para nosso Município de Teófilo Otôni, em um projeto de socorro ao sistema de saúde da macrorregião, que tem sofrido bastante nos últimos tempos. Tínhamos aqui, na semana passada, anunciado investimentos da ordem de R\$9.000.000,00, mas conseguimos negociar com o Secretário de Saúde, depois de ordem do Governador, recursos superiores a R\$15.000.000,00, que serão aplicados no sistema da macrorregião de Teófilo Otôni, a partir deste ano e no ano que vem, com reflexos até 2009.

Para que a população regional tenha conhecimento antecipado do que vai acontecer, vale ressaltar os itens que foram citados pela Secretaria de Estado à disposição da nossa região, que abrange 63 Municípios e atende também Municípios do Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo.

O governo determinou que construíssemos, em Teófilo Otôni, um hemocentro em área já localizada, área de propriedade do governo do Estado, com investimentos da ordem de R\$2.000.000,00, para atender, com fornecimento de sangue, toda a macrorregião e parte da região do Rio Doce e do Vale do São Mateus. Outro investimento importante é o programa Viva Vida, com R\$1.600.000,00 em obras para o projeto e R\$400.000.000,00 para compra de equipamentos, um projeto que dará assistência total à saúde da mulher, desde a gestante até a mulher com filho com 5 anos de idade, e também apoio ao marido, nas questões urológicas. Haverá recursos da ordem de R\$1.500.000,00 para reforma de sete postos de saúde e construção de dois novos postos de saúde na cidade de Teófilo Otôni. Teremos ainda R\$3.500.000,00 disponíveis no Pró-Hosp para o Hospital Santa Rosália, um hospital de grande resolutividade e que atende toda a região. Além disso, mais R\$1.000.000,00 para o hospital municipal, que hoje é a porta de entrada do sistema de saúde do Município, para aplicar em melhorias e reequipamentos. Sr. Presidente, contaremos com R\$1.200.000,00 para o Hospital Vera Cruz, que está fechado, mas será tratado como porta de entrada de urgência e emergência, com 34 leitos disponibilizados. O investimento do Estado será da ordem de R\$1.200.000,00. Há outro convênio, com o Hospital Regional Santa Rosália, de R\$630.000,00 para reforma e adequação, visando ao atendimento como hospital geral e maternidade de risco habitual. A chamada alta complexidade fica nos Hospitais Santa Rosália e São Vicente de Paulo. Então, teremos essa aplicação de recursos de R\$630.000,00 para reforma e adequação para atendimento como hospital geral. Recursos de R\$620.000,00, destinados pelo governo do Estado para adequação do hospital de Itaobim, com urgência e emergência; R\$100.000,00 destinados para o hospital da microrregião de Águas Formosas; mais R\$100.000,00 disponíveis para o Hospital São Vicente de Paulo de Itambacuri.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, além desses recursos, conseguimos garantir R\$300.000,00 para especialização médica em PSF, na regional; mais R\$120.000,00 para capacitação do Conselho Municipal de Saúde; mais R\$300.000,00 para residência multiprofissional em PSF direcionado para médicos, enfermeiros e dentistas do Município; R\$1.800.000,00 por ano, a partir de 2008, para residência médica em especialidades no Hospital Santa Rosália.

Além de todos esses recursos, que somam mais de R\$15.000.000,00, teremos ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recursos para o centro de zoonoses que será construído na antiga feira coberta do Bairro Marajoara, em Teófilo Otôni; recursos de R\$850.000,00 disponibilizados a partir deste ano - claro, tudo depende das licitações, que devem ser feitas por exigência da lei.

A Prefeitura de Teófilo Otôni terá de fazer um trabalho para se adequar. Primeiro aplicar, de forma ordenada, os recursos que dependerem da Prefeitura; segundo, garantir a reativação da policlínica com 15 especialidades médicas.

Quando eu era Prefeito, essa policlínica funcionava. Foi restrita a três especialidades médicas, e agora vamos retornar às 15 especialidades, reativar os PSFs desativados pela Prefeita no início do seu mandato e promover a reestruturação da epidemiologia, para tratamento de dengue e endemias.

São três itens, e o governo do Estado coloca mais de R\$15.000.000,00 para tentar reestruturar a macrorregião de saúde do Município de Teófilo Otôni, que atende 63 Municípios dos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha, do São Mateus, Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia.

Com muita honra, concedo aparte ao nobre Deputado Fahim Sawan, médico, que entende muito bem o que estou falando e que sabe que a situação de Teófilo Otôni é muito crítica.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Deputado Getúlio Neiva, queria solidarizar-me com V. Exa. Também participei hoje da cerimônia de lançamento desse programa de recuperação, do governo de Minas, para quase 190 cidades. Mas, antes de me pronunciar sobre esse assunto, Deputado, queria falar da alegria de estar nesta Casa, tendo a honra de conhecê-lo, homem público da estirpe de V. Exa. Sempre disse que nesta Casa conhecemos o aspecto de uma sociedade. Temos aqui o panorama de toda a sociedade mineira, representada pelos mais variados segmentos. Tenho a honra de ser seu colega, de tê-lo conhecido. Não o conhecia antes de V. Exa. chegar a esta Casa, mas tenho certeza de que se trata de uma figura importante da política mineira, pelo Prefeito que foi, pela competência que demonstra, pela probidade de seus atos e por estar nesta Casa defendendo os mineiros da sua região e da sua cidade em qualquer circunstância. V. Exa. contribui muito com este Parlamento, enriquecendo-o com idéias, palavras e principalmente com a postura ética que tem demonstrado nesta Casa.

Gostaria também de transmitir minhas palavras sobre seu relato do acontecimento de hoje, quando o Governador Aécio Neves vem demonstrar riqueza não só com os investimentos, mas com a postura assumida ao ser anunciado o projeto. Não se trata simplesmente de anunciar novas obras para o Estado de Minas Gerais, mas de sua postura de dedicação. O governo de Minas hoje é marcado por fazer só obras que tenham recursos apropriados para seu término. Mas isso não foi suficiente para o Governador, que também quis terminar obras iniciadas em governos anteriores, pelo governo federal ou estadual, não importa qual governo. Ele quis apenas dizer que é da responsabilidade de todo homem público, que vê um dinheiro público investido em uma obra iniciada em qualquer governo que estava trazendo prejuízos para uma população. Então, Sr. Deputado, corroborando suas palavras, queria parabenizar essa iniciativa do Governador Aécio de fazer essa demonstração. Mais uma vez Minas sai à frente, terminando obras que não se iniciaram neste governo, por entender nosso Governador que ali havia prejuízo para toda a população. Obras iniciadas há 20 anos estão sendo concluídas pelo Governador Aécio Neves, que demonstra o grande espírito público e o grande administrador que é.

Parabéns pela sua cidade. Sei que V. Exa. tem demonstrado muito trabalho e tenho certeza de que Teófilo Otôni continuará sendo bem atendida por intermédio de V. Exa.

O Deputado Getúlio Neiva - Muito obrigado, Deputado Fahim Sawan. Tenho certeza de que o amor que nutro por minha terra é o mesmo que V. Exa. nutre por Uberaba. Amamos e defendemos nossa terra, e é muito importante que esse amor seja compartilhado com os colegas, com os companheiros que têm origem no interior e que buscam melhorar a condição de vida do nosso povo. Fico feliz com sua interferência. Gostaria de dizer que para mim também foi muito grata a oportunidade de conhecê-lo, pelo destaque que tem nesta Assembléia, sobretudo pelo espírito cívico que demonstra em todas as suas atitudes.

Reforçando suas palavras, o Governador Aécio Neves hoje provou, de uma forma bastante forte, que é, de fato, o estadista de que o Brasil precisa. É o estadista que Minas Gerais precisa dar ao Brasil para dar seqüência ao governo Lula, aprofundando as políticas sociais, integrando a população brasileira num projeto de crescimento econômico para gerar milhares e milhares de empregos. Tenho certeza, Deputado Fahim Sawan, de que este é um momento histórico.

Vivemos hoje, no Palácio, uma reunião onde tínhamos mais de 40 Deputados - tínhamos quórum qualificado para realizarmos uma reunião. Justamente porque o fato é inusitado: nunca, na história deste país, nenhum Estado e governante brasileiros se preocuparam em concluir as obras paralisadas, iniciadas por outros governantes. É a primeira vez que um Governador determina que se vasculhe o Estado em busca de obras paralisadas, para concluí-las, usando recursos do próprio caixa do Tesouro, sem buscar ajuda de ninguém.

Certamente, outro fato que devemos destacar, Deputado Fahim Sawan, é o que nos foi apresentado hoje pelo Governador do Estado: Minas é o único Estado de todos os países das Américas que consta no relatório do Banco Mundial como capacitado para buscar recursos internacionais de toda ordem para o seu processo de desenvolvimento, em face não apenas das necessidades do Estado, mas, sobretudo, da sua capacidade de endividamento, pagamento e gestão qualificada para levar este Estado a um outro patamar.

Felizes estamos porque Minas cresce mais que o Brasil. Mais felizes ainda porque temos uma perspectiva, em 2008, de termos - conforme foi afeiçoado, documentação apresentada e o Orçamento que chega a esta Casa, na data de hoje - o maior volume de investimentos da história de Minas Gerais: 9 bilhões de investimentos no ano que vem, para que Minas possa resolver seus problemas de infra-estrutura, e, sobretudo, acelerar os seus projetos da área social. Isso me enternece e me deixa feliz.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de podermos aqui discutir e mostrar isso a Minas e ao Brasil. Daqui a alguns dias, estaremos em canal aberto para todo o Brasil, não é, João Carlos? E teremos oportunidade de mostrar a todos os brasileiros o trabalho maravilhoso que se faz em Minas Gerais, da unidade entre o Legislativo e o Executivo, da união e da harmonia, com o respeito mútuo, sem que permitamos que o Executivo, o Judiciário ou o Ministério Público interfiram nas decisões desta Casa. E que possamos, com a independência que temos e com a liberdade que exercitamos, fazer a harmonia que o Brasil precisa para crescer cada vez mais. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham na Assembléia mineira e pela TV Assembléia. Início minha fala na mesma linha em que se manifestou meu antecessor nesta tribuna, falando também da satisfação que tivemos hoje em participar, ao lado do Governador Aécio Neves e de tantos outros colegas Deputados, de mais um lançamento de um programa de obras, em parceria com os Municípios mineiros, no momento em que Minas Gerais mostra, de maneira muito contundente, que recuperou a sua capacidade de investimento, com um governo sério, que faz parceria com os Municípios e que encontra uma maneira competente e criativa de já começar uma espécie de reforma tributária. Compreendendo que os Municípios mineiros enfrentam enormes dificuldades e fazem, em parceria, os investimentos solicitados pelos Prefeitos, através, naturalmente, dos parlamentares. Embora, em alguns casos, relativamente pequenas, são obras essenciais: pontes que ligam um Município a outro, conclusão de pavimentações asfálticas, inacabadas em alguns trechos, conclusão de ginásios poliesportivos, enfim, obras que a comunidade reclama, muitas delas que estavam inacabadas.

Algumas iniciadas há 10, 15 ou 20 anos, mas abandonadas por alguns governos que não tiveram o cuidado de concluí-las ou devido à perseguição política de outros, que, iniciando um mandato, ignoraram a obra que seu antecessor havia começado. Um erro grave da política brasileira, pois o dinheiro é do povo. A obra pertence ao povo, e não ao mandatário. Se ela está inacabada, precisa ser concluída indiferentemente da questão partidária e das paixões políticas. Então, o Governador Aécio Neves inova também nessa atitude de não olhar a questão partidária. Vejo, por exemplo, com alegria, o atendimento a uma obra que reivindicamos durante vários meses. Estivemos no DER reivindicando a conclusão de uma obra destruída em função de uma situação de enchente. Trata-se de um ponte que liga Bom Despacho a Dores do Indaiá. Uma ligação importante, estratégica para aqueles dois Municípios, a qual já havíamos reivindicado, por mais de uma vez, ao Governador Aécio Neves, que nos disse que nos atenderia, obviamente num momento apropriado. O governo fez um levantamento minucioso das obras, cuidou de garantir recursos financeiros e hoje anuncio, além dessa que reivindicamos, muitas outras.

Estivemos no Palácio ao lado de outros colegas Deputados, como a Deputada Cecília Ferramenta, que é também de Bom Despacho, como o próprio Deputado Paulo Cesar e Neider Moreira. Sou votado em Bom Despacho e sou o Deputado majoritário em Dores do Indaiá. Sempre estivemos ao lado do Governador Aécio Neves, mostrando-lhe a importância de essa ponte ser recuperada, até porque vinha sendo usada de forma precária, colocando em risco a vida das pessoas. Com certeza essa obra irá beneficiar muito a população. Ela pode parecer pequena para um governo do Estado, mas, para uma Prefeitura, ela é praticamente impossível de ser executada. Essa ponte, embora ligue duas cidades, está numa rodovia municipal, mas mesmo assim o Estado tomou a iniciativa de ir até lá, a fim de ajudar os Municípios de Bom Despacho e de Dores

do Indaiá a resolverem esse problema.

Assim como tive essa alegria, vi, nos olhos de diversos Deputados que ali estavam, o mesmo sentimento de reconhecimento a um governo sério, que vem trabalhando com competência, com empenho e com zelo.

O Governador anunciou, para nossa alegria maior ainda, que está encaminhando para esta Casa o Orçamento para o ano que vem com uma boa nova. Aliás, encaminhou-o conforme prevê a Constituição mineira, ou seja, que, até o final do mês de setembro, o Orçamento do ano seguinte deve estar nesta Casa.

O Deputado Rêmoló Aloise, que aqui nos acompanha, homem vivido, experiente, de vários mandatos, sabe o quão é importante para o homem público ter a capacidade de investimento.

O custeio da máquina, a manutenção de uma escola funcionando, bem como os serviços de saúde e de segurança pública, são extremamente importantes, mas isso é algo tão inerente à responsabilidade do Estado que, de alguma maneira, não desperta junto à população um reconhecimento de que aquele governo está atendendo aos seus anseios, cumprindo a missão de governar, transformando, avançando. Não é verdade, Deputado Getúlio Neiva, também ex-Prefeito e experiente na vida pública?

Nós que estamos na vida pública sabemos que custear a vida pública, manter o funcionamento da máquina, é essencial. Sem isso não há como falar em organização do Estado nem como manter as repartições públicas funcionando, servidores recebendo o salário em dia. Mas a população, com razão, quer mais. Ela quer obras, ampliação dos serviços e investimentos.

O Estado de Minas vinha, há muito tempo, praticamente, esgotando-se no custeio. O Governador Aécio Neves alterou essa sina que já vinha há alguns anos. Minas passou, ao final do primeiro mandato de Aécio Neves, a ser um Estado com capacidade de investimento. Agora, além de anunciar e fazer obras seguidamente, anuncia, para o ano que vem, um orçamento da ordem de R\$9.000.000.000,00, para investimentos, com recursos do governo do Estado, da administração direta e indireta.

Ontem reuni-me, em Divinópolis, com diversos empresários numa reunião proposta pela Fiemg, que manifestavam a preocupação em relação à necessidade de ampliação das redes de energia elétrica da Cemig.

Nosso volume de energia elétrica, nas subestações existentes no Centro-Oeste, não está muito longe do de Furnas nem do de Três Marias. Temos acesso a grandes linhas de transmissão que passam pelo Centro-Oeste, mas a distribuição para atender Itapeçerica, Carmo da Mata, Cláudio, São Sebastião do Oeste, São Gonçalo, Carmo do Cajuru, Nova Serrana, Bom Despacho e Oliveira é precária. Essa rede de distribuição tem-se mostrado insuficiente e, com frequência, alguém que queira implantar ou ampliar uma empresa enfrenta dificuldades na aprovação do seu projeto pela Cemig.

Isso é assustador porque precisamos gerar empregos, e o Estado tem de estar atento a essa questão. Estão previstos mais de 2 bilhões de investimentos para ampliar essa estrutura de distribuição da rede da Cemig a fim de que tenhamos energia elétrica para que Minas possa continuar crescendo, como vem ocorrendo, até mais que outros Estados da Federação.

Há poucos dias, trabalhava questões da saúde em Divinópolis, quando tive a alegria de levar até àquela localidade o Secretário Adjunto Antônio Jorge, como já anunciei aqui. Alegria porque conseguimos mais que dobrar o volume de dinheiro aplicado para tratar o paciente com câncer - área de oncologia, radioterapia, quimioterapia e cirurgias oncológicas. Passamos de 3 milhões por ano para mais de 7 milhões de investimentos para esses atendimentos.

Apresentamos ao Secretário, há uma semana, a necessidade de construção de um hospital público para atender melhor todo o Centro-Oeste mineiro. O número de leitos disponíveis hoje não é suficiente. Construí em Divinópolis um pronto-socorro para atendimento de urgência. O paciente, ao chegar lá, deve ser medicado. Se for um caso simples, ele voltará para casa após ser atendido e medicado. Agora, caso seja um caso mais complicado, o pronto-socorro tem de dar o primeiro atendimento, estabilizar o quadro do paciente e colocá-lo em condições para se submeter, por exemplo, a uma cirurgia ou, se for o caso, ser encaminhado para uma unidade de terapia intensiva.

Para isso é necessário haver uma vaga no hospital. O pronto-socorro, que foi construído com um propósito e que, graças a Deus, tem salvado milhares de vidas, está-se transformando, sem ter sido preparado para isso, em um hospital de emergência, quase um hospital de guerra. O paciente que chega é atendido nos limites da capacidade do pronto-socorro, mas permanece lá internado, enquanto aguarda uma vaga em um hospital que possa oferecer-lhe tratamento especializado para a enfermidade que possui. E a vaga não chega.

Asseguraremos, dos 9 bilhões do próximo ano, uma parcela para a saúde do povo do Centro-Oeste mineiro. Estamos com um projeto importante junto à Universidade Federal de São João del-Rei, que implantará um "campus" em Divinópolis. Propusemos, este ano, uma emenda de R\$1.000.000,00 para ajudar essa universidade a equipar seus laboratórios, ou seja, para implantar esse "campus" o mais rápido possível. Essa foi uma decisão acertada do governo federal, do Presidente Lula, que fez esse compromisso em campanha, sendo importante cumprir sua promessa. Não sou aliado do Presidente Lula, mas aquilo que é positivo temos não apenas de aplaudir, mas ajudar. Por isso, incluímos uma emenda no Orçamento do Estado.

Vamos propor essa emenda para o próximo ano também, a fim de que esse tipo de parceria tenha prosseguimento. Lutamos para que seja construído esse hospital, que creio ficará muito bem se gerido pela Universidade Federal de São João del-Rei em parceria com o Município, com a Prefeitura, com o governo do Estado. É necessário haver ali um hospital-escola para atender bem a todos os pacientes do SUS, a todos aqueles que não podem pagar pela medicina privada.

Portanto, Sr. Presidente, nesses minutos que nos restam, quero agradecer, mais uma vez, ao Governador Aécio Neves, que está viajando para o exterior, buscando mais recursos junto ao BID. Estarei, por uma feliz coincidência, falando com o Governador em exercício, Anastasia, com o qual tenho audiência agendada para os próximos dias.

Encaminharei um anteprojeto sobre algo para o qual o Governador sinalizou de forma positiva em Divinópolis, durante a última visita. Trata-se de uma parceria entre o governo do Estado e a Associação Microrregional, a Anvi, que reúne todos os Municípios do Centro-Oeste, cuja sede fica em Divinópolis. Desse modo, o governo do Estado, em parceria com os Municípios, elaborará o plano diretor para todas as cidades da região onde vivo. Isso será feito mesmo para as cidades que tenham menos de 20 mil habitantes. Como se sabe, o Estatuto das Cidades exige plano diretor das cidades que têm mais de 20 mil habitantes. Todavia, o planejamento é algo necessário para todas as cidades, a fim de que disponham de projetos bem elaborados para buscarem recursos junto aos governos federal e estadual, tendo em vista a realização das obras de que a comunidade precisa.

Elaborando-se o plano diretor de cada cidade, levaremos ao Prof. Anastasia uma proposta da Fundação Educacional de Divinópolis - Funed - ligada à Uemg. Na verdade, é um "campus" avançado da Uemg. Essa proposta prevê a elaboração de um plano de desenvolvimento integrado

do Centro-Oeste mineiro. Assim, faremos adequações tendo em vista o novo tempo em que vive Minas Gerais, para o qual serão necessários investimentos públicos, obras, estradas, novos hospitais, enfim, melhores condições de vida para o nosso povo.

Procurarei fazer minha parte, qual seja levar essa proposta concreta para que tenhamos projetos, para que todas as cidades disponham de planos diretores e para, dessa maneira, sermos parte deste momento positivo da história mineira, protagonizado por esse grande estadista, a quem, com certeza, está reservada a missão de liderar o nosso país com vistas a dias melhores: o nosso querido Governador Aécio Neves. Obrigada, Sr. Presidente.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, esse é um veto à Proposição de Lei nº 17.830, proposição originária do Projeto de Lei nº 76/2007, do nobre Deputado Gilberto Abramo. Esse projeto obrigava as escolas públicas e privadas, integrantes do Sistema Estadual de Educação, a prestarem orientação profissional aos alunos dos cursos regulares. Orientação profissional que pudesse contribuir para a escolha adequada e mais compatível com as vocações, os dons e as potencialidades de cada jovem do sistema educacional.

O Governador procedeu ao veto desta matéria, alegando custos para o Estado na estruturação e manutenção desse serviço. Alegou também que essa obrigatoriedade fere a autonomia das instituições de ensino, de acordo com o previsto na LDB.

Para o telespectador que nos acompanha, era uma tentativa do Deputado Gilberto Abramo de fazer voltar, de maneira obrigatória, na rede de ensino, o conhecido teste vocacional. Farei uma discussão - e fiz questão de subir à tribuna para tratar desse veto -, porque, além desse debate das questões de natureza de custos e mesmo as questões jurídicas e legais, temos a oportunidade de tratar da questão de uma maneira mais ampla.

É exatamente a centralidade, a importância da política pública de educação na emancipação do ser humano, na afirmação de nossas regiões, na afirmação do nosso Estado, na construção do nosso país. Não há nenhuma nação no mundo que tenha atingido um patamar razoável de desenvolvimento sem elevar seus índices de educação. Quando digo elevar os índices de educação, não me atendo simplesmente às estatísticas de escolaridade, que são fundamentais e importantes, mas sobretudo à qualidade da educação e ao sentido da educação. A educação libertária, a educação que forma para a cidadania, a educação como ferramenta de autoconhecimento e de conhecimento do mundo.

O Brasil enfrenta muitos gargalos nessa área, que felizmente começam a ser equacionados com a firme atuação do governo Lula, que conseguiu, nos últimos anos, instituir uma rede integrada de políticas públicas sociais que apontam para a construção de um verdadeiro Estado de bem-estar social.

Não haverá condição de educação e não haverá condição de saúde sem matar a fome do povo brasileiro. E o povo brasileiro, o povo pobre, faminto, desvalido, milhões de pessoas tiveram, como nunca antes, acesso à alimentação, por meio de um conjunto de políticas públicas que compõem hoje o Fome Zero.

Essa foi uma proposta discutida ainda na campanha eleitoral de 2002, que teve como carro-chefe, no início do governo federal, a unificação dos programas de transferência de renda no chamado programa Bolsa-Família, que atinge mais de 11 milhões de famílias, mais de 40 milhões de brasileiros. Somente em Minas Gerais, quase 1.100.000 famílias são atendidas. Portanto, hoje, o programa Bolsa-Família, ao transferir renda a essas pessoas, consegue tirá-las daquela situação de penúria e indigência, em que nem sequer tinham acesso a um prato de comida.

Mas o governo Lula não se limitou a implementar, no conjunto das propostas do Fome Zero, o programa Bolsa-Família. Todos nós sabemos que, se é verdade que o direito humano à alimentação é fundamental, se é verdade que a transferência de renda é um importante mecanismo de redistribuição da riqueza do País, também é verdade que o programa de transferência de renda sozinho, isolado, não resolve o problema estratégico das famílias brasileiras, que dependem de um crescimento macroeconômico suficiente para garantir o acesso ao emprego formal e a uma melhor distribuição de renda.

O governo Lula, além da estabilidade econômica e do controle da inflação, conquistas reforçadas no primeiro mandato, instituiu outras políticas públicas integradas à de segurança alimentar. Depois da total paralisação da política de assistência social no País, o governo Lula assumiu de forma destemida o desafio de implantar o Sistema Único de Assistência Social - Suas -, sob a condução serena, mas firme, do Ministro mineiro Patrus Ananias. Esse sistema estruturou uma rede de proteção social básica e especial, integrando Municípios, Estados e União, numa ação direta do Poder Executivo, em parceria com a sociedade civil. Hoje ainda existe o Centro de Referência da Assistência Social - Cras -, e mais da metade dos Municípios brasileiros possuem esse equipamento, atendendo a milhões de famílias, do ponto de vista psicológico, comunitário. Isso facilita o acesso das famílias aos benefícios disponíveis, como o próprio programa Bolsa-Família, o Benefício de Prestação Continuada, os benefícios previdenciários e as demais políticas públicas.

O governo Lula não parou no Suas nem no sistema de segurança alimentar. Ele teve a coragem de enfrentar o debate da necessidade de ampliação de recursos para a área de educação. Reporto-me a esse projeto do Deputado Gilberto Abramo, que aponta para a necessidade de o jovem fazer a melhor escolha profissional, sendo que esta depende de um processo de educação integral que começa com a criança pequena, na creche, na pré-escola. É a criança de até 6 anos sendo atendida na educação infantil, é o jovem passando pelos Ensinos Fundamental e Médio, técnico-profissionalizante e tendo acesso à universidade.

E é exatamente dentro desse ciclo educacional que o Fundeb se insere. Antigamente, no Brasil, existia o Fundo de Ensino e Valorização do Ensino Fundamental - Fundef -, que, apesar de ter sido um grande avanço, era específico para a 1ª a 8ª série. E hoje o Fundeb, que é o Fundo da Educação Básica, que, como o próprio nome diz, compreende os Ensinos Infantil, Fundamental e Médio, vai fazer com que o Brasil e o governo federal passem de investimentos diretos de R\$450.000.000,00 para R\$5.000.000.000,00, configurando, entre todas as contribuições dos entes federados, um fundo de aproximadamente R\$5.000.000.000,00 para a educação.

Queria aqui dizer que é muito importante que os Estados e Municípios participem desse esforço de implantação do Fundeb. A educação infantil, uma responsabilidade municipal, pode e deve ter a cooperação técnica e financeira dos Estados e Municípios. A educação infantil deve ser universalizada para a família que tenha criança de até 6 anos e que dela necessite; a creche, para crianças de até 3 anos; e a pré-escola, de 4 a 6 anos.

Não é justo que somente os filhos dos ricos, das classes mais abastadas, possam ter o acesso à educação infantil e de qualidade. O filho do pobre, do trabalhador, principalmente da mãe trabalhadora, pode e deve ter essa oportunidade.

Pesquisas revelam que as crianças que entram mais cedo em escolas de qualidade têm um ritmo e uma qualidade de aprendizagem melhores no prosseguimento da sua escalada educacional. Por isso é muito importante que cada Município mineiro tenha a sua unidade municipal de educação infantil, como Belo Horizonte, governada pelo PT, tem desde 1993. Hoje o Prefeito Fernando Pimentel tem uma iniciativa muito firme na ampliação da rede própria da educação infantil na Capital mineira. É muito importante também que, além dessa rede própria, as Prefeituras e o Estado possam dar suporte e ser parceiros das entidades da sociedade civil, que, antes do poder público, implantaram esse tipo de atendimento. Aqui em Belo Horizonte temos o belíssimo exemplo da rede de creches comunitárias, geridas, coordenadas e mantidas, muitas vezes, pelas mães trabalhadoras e pelas associações nos bairros populares. Uma rede que atendeu e atende a milhares de crianças, muito

antes de o Município pensar em promover o atendimento direto dessas crianças. Hoje Belo Horizonte conta com o modelo ideal, do ponto de vista de modelo ainda não universalizado, mas de gestão ideal do sistema de educação infantil. Fiscaliza a rede privada, que tem a liberdade de prestar esse serviço, mas deve prestá-lo subordinada ao Sistema Municipal de Educação e sob critérios do Conselho Municipal de Educação. Um sistema que tem atendimento próprio por meio das Unidades Municipais de Educação Infantil - Umeis -, que são instaladas em nossa Capital, sem perder de vista o trabalho histórico das creches comunitárias em Belo Horizonte, hoje mais de duzentas, conveniadas com a Prefeitura de Belo Horizonte. Após o ensino infantil, vem o ensino fundamental, que tem, basicamente, o problema da universalização do acesso resolvido. Hoje existem vagas para o conjunto das crianças que delas precisam no ensino fundamental. Então o grande desafio no ensino fundamental é a qualidade desse ensino. Infelizmente, nossos exames de avaliação do desempenho educacional revelam que muitas vezes as crianças do ensino fundamental - com dois, três ou até quatro anos de presença na escola - conseguem chegar apenas à alfabetização básica, quando conseguem. Isso é muito preocupante, e, portanto, precisamos qualificar o nosso ensino fundamental. Mas qualificar o ensino fundamental passa por um refinamento do nosso processo pedagógico e uma maior valorização dos profissionais que atuam na área da educação. Qualificar o ensino fundamental passa por motivar e capacitar os professores, por efetivar planos de carreira e tabelas salariais que estimulem a escolaridade adicional, as especializações e a busca do conhecimento e do saber por parte daqueles que vão transmiti-lo para as crianças do ensino fundamental. Qualificar o ensino fundamental passa pela materialidade da escola, pela existência de bibliotecas de boa qualidade e pela inclusão digital nas escolas, cada vez mais necessária. Qualificar o ensino fundamental passa por conjugar espaços de lazer e esportivos nas escolas, passa por adotarmos conteúdos curriculares que valorizem, cada vez mais, a cidadania.

Eu diria que o ensino fundamental tem outro grande desafio, que vale também para o ensino médio, e do qual eu não abro mão: o desafio de promovermos de forma gradativa a expansão da escola em tempo integral. Não tenho dúvida alguma de que esse deve ser o horizonte prioritário de qualquer governo neste Estado de Minas Gerais. Muitas vezes, o que aparece na mídia e mobiliza debates apaixonados é o lado sombrio, negativo e cruel dessa imensa dívida social; são as conseqüências, não as políticas preventivas. O que muitas vezes mobiliza o debate público é a proposta de redução da maioridade penal, um clima de consternação por um assassinato, por um adolescente no tráfico, por um adolescente que não está sendo adequadamente punido, pela falência de nosso sistema prisional e carcerário ou pela absurda taxa de homicídios de jovens pobres - em Minas Gerais, a média de mortos assassinados é de 19 em 100 mil; a de jovens assassinados é de 44 em 100 mil, ou seja, mais que o dobro dos adultos que morrem assassinados. Vivemos um verdadeiro genocídio, na pobreza, com jovens matando jovens. Mas, antes de esse jovem perder a auto-estima, a perspectiva de vida e os sonhos, temos de lembrar que muitas vezes essa falta de oportunidade se deve exatamente ao fato de o Estado não ter sido provedor e de não ter afeiçoado o acesso desse jovem a uma escola de qualidade. Daí, a importância de ampliarmos a educação integral, principalmente nas regiões de maior vulnerabilidade. O jovem na escola, no esporte - praticando futebol, basquete, natação -, no teatro, na música, na atividade física, na plena atividade cultural, enfim, desenvolvendo as suas potencialidades, é o jovem que ficará menos submetido à cooptação fácil do tráfico de drogas. Nesta sociedade de consumo em que os próprios meios de comunicação estimulam um padrão de consumo exagerado para a média de renda auferida pela população, tudo faz com que o jovem procure acessar vias ilícitas de obter seus recursos para fins próprios e fins estimulados pela sociedade de consumo. Daí a importância da adoção da escola em tempo integral. Ontem o governo do Estado de Minas Gerais encaminhou a esta Assembléia o Plano Plurianual de Ação Governamental. Queremos analisá-lo com muito cuidado e carinho, com audiências públicas participativas, até para observarmos se essa política, a meu ver prioritária, consta das propostas do governo estadual. Cada centavo, cada recurso público deve priorizar ações de cidadania e ações preventivas.

Hoje os governos estaduais gastam 10 ou 12 vezes mais com uma pessoa em um presídio, penitenciária ou delegacia, que com um jovem numa escola em tempo integral ou no ensino fundamental. Seria muito mais fácil, produtivo e humano os governos estimularem programas de educação integral com criatividade, ousadia, integrando as demais iniciativas da comunidade nas várias regiões mineiras. Uma menina na escola, em tempo integral, do Jequitinhonha seria uma a menos nas rodovias federais que cortam aquela região; uma criança em uma escola-família agrícola, de tempo integral, seria uma a menos a inchar os números do trabalho infantil rural em Minas Gerais; uma criança em uma escola integral na região metropolitana seria menos uma a engrossar as estatísticas das crianças que ainda perambulam nas ruas das cidades médias e da região metropolitana; e, mais do que estatísticas, seriam crianças e jovens não submetidas a essa barbárie instalada pelo tráfico de drogas em Minas Gerais e no País.

Entretanto, para isso, é necessário planejamento, é necessário - diria - até um nível de endividamento responsável. Uso a imagem do cheque especial: muitas vezes o cidadão faz o empréstimo a juros mais baixos para quitá-lo e não ter um dispêndio muito alto mês a mês. O Estado, em um sentido mais geral, pode ampliar, sim, seu nível de endividamento para universalizar projetos na área social e não ter de pagar, lá na frente, essa alta fatura gerada pela criminalidade, falência da segurança pública e ausência de perspectiva da juventude brasileira.

Em boa hora, o Presidente Lula, unificando as várias modalidades de políticas públicas voltadas para a juventude, integrou agora o ProJovem - ProJovem Urbano, ProJovem Rural, ProJovem Trabalhador e o ProJovem de 15 a 17 anos, que integra o próprio programa Bolsa-Família. Essas são iniciativas importantes, que resultarão em uma aplicação de aproximadamente R\$5.000.000.000,00 em políticas da juventude para o aqui e o agora, pois esses são exatamente os jovens cooptados pelo tráfico, os que não concluem o ensino médio.

Quero aqui expor um dado assustador. Vejam bem: a taxa média de escolaridade em Minas Gerais é de cerca de 6 anos, quando o recomendado, o ideal é 12 anos. Em regiões como o Mucuri e o Jequitinhonha, a taxa de escolaridade média é de 3,4 anos. Dos que entram no ensino médio, somente 46% concluem-no, ou seja, mais da metade dos jovens que ingressam no ensino médio não o concluem.

Quereria aqui, portanto, fazer um debate construtivo com o governo do Estado. Ele lançou o programa Poupança Jovem. Acredito que é uma boa iniciativa, não vou aqui atirar pedras, até porque é um programa hoje coordenado por uma pessoa técnica, muito séria, aliás, que já esteve aqui na Assembléia e está aberta ao diálogo, é vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, que tem à frente o Deputado Federal Custódio Mattos, também uma pessoa muito séria, correta e que tem muita sensibilidade social.

Hoje eu me pergunto se o programa Poupança Jovem, que é destinado ao jovem exatamente em situação de risco social, não estaria exigindo muito do jovem, do ponto de vista das condicionantes para uma renda que ele poderia acessar praticamente três anos depois. Será que esse tipo de proposta garante a permanência desse jovem na escola simplesmente com essa expectativa de renda? Ou o cotidiano cruel que atinge esse jovem não vai fazê-lo dispersar por caminhos menos luminosos do que o caminho da educação? Mas já é uma iniciativa. Acredito que essas iniciativas estimulam o protagonismo juvenil, estimulam o jovem a aproveitar as oportunidades da educação e os estimulam a se profissionalizarem.

Lendo o projeto do Deputado Gilberto Abramo, ora vetado pelo Governador, percebo a preocupação do Deputado com que o jovem faça a melhor escolha profissional. Muitas vezes, essa escolha já poderia estar sendo construída na própria profissionalização desse jovem. E daí a importância da escola técnica profissionalizante.

Felizmente, o Presidente Lula, num gesto ousado, incluiu no Plano de Desenvolvimento de Educação - PDE - uma proposta de implantação de 150 escolas técnicas profissionalizantes até o final do seu governo. É um número superior ao número total de escolas profissionalizantes construídas e implementadas no Brasil até hoje. O governo Lula vai fazer, em oito anos, o que os governantes do Brasil não fizeram em toda a nossa história. Isso porque o Presidente Lula sabe a importância da profissionalização, porque o Presidente Lula, migrante do semi-árido nordestino, chegou à grande metrópole, São Paulo, e passou fome, foi engraxate, morou nos piores lugares, do ponto de vista de salubridade e de dignidade humana. Porém, teve a oportunidade de profissionalizar-se, de tornar-se um torneiro mecânico, um metalúrgico, de ter uma profissão, de ter um salário e, através da atuação profissional e da organização sindical, adquirir a consciência política e esse conhecimento gigante que ele tem do nosso país, o que o leva hoje a governar os destinos da Nação. É um Presidente que não tem diploma universitário, mas que criou mais de 300 mil vagas no ProUni, oferecendo oportunidade ao jovem que conhecia a universidade só nas novelas ou de passar na porta; jovem que às vezes tinha até vergonha de pôr os pés dentro de uma universidade. E esse jovem hoje entrou na universidade através do

ProUni.

Houve gente boa, que escreve, que pensa, intelectual, que disse, quando o Presidente lançou o ProUni, que iria rebaixar o nível da nossa universidade, iria rebaixar o nível de quem está saindo da universidade. E os exames recentes demonstram que aquele jovem que entrou na universidade pelo ProUni tem o rendimento avaliado melhor do que o jovem que não tem o ProUni.

Quem entrou com o ProUni sabe o valor daquela conquista, o valor de estar dentro de uma universidade. Sabe que não pode perder aquela oportunidade, que poderá ser a única de se qualificar, de ter uma profissão, de ter um diploma que vai permiti-lo ascender socialmente, ter um padrão de remuneração melhor, constituir família e ter uma vida digna. Então, quando analisamos esse projeto do Deputado Gilberto Abramo, minha primeira questão é a de que se insere na necessidade de uma educação integral, que não pode prescindir do ensino técnico-profissionalizante, porque, na profissionalização, o jovem já escolhe seu caminho.

Sempre estudei em escola pública. No Estadual da Serra e no Estadual Central; sempre tive a possibilidade do ensino profissionalizante. Detestava desenho industrial, aquilo não era comigo. Quando a matéria era da área de ciências humanas ou ciências sociais, tinha um desempenho melhor, o que me levou a prestar vestibular, com muita convicção, para Serviço Social da Católica e Ciências Sociais na UFMG. Graças a Deus, passei nos dois e me formei nas duas profissões, com muito sacrifício, trabalhando na MinasCaixa, como "office boy", para pagar minha Universidade Católica.

Na minha época, havia grupo, ginásio e científico. No científico, tive a oportunidade de escolher o rumo que queria tomar na vida. Além dessa orientação profissional, desse chamado teste vocacional, com que muitos concordam e outros nem tanto, é importante a experimentação prática da formação, que advém exatamente da formação profissional, que felizmente, hoje, está sendo estimulada pelo Presidente Lula. Temos essa experimentação prática em todo o Estado de Minas Gerais. Almenara, Araçuaí, Muriaé e tantos outros Municípios terão uma escola técnica profissionalizante. Fico muito feliz, porque ajudei na conquista dessas instalações das escolas técnicas junto ao Ministério da Educação, principalmente no Jequitinhonha, uma região que, sem o aporte de recursos educacionais, terá dificuldade de um desenvolvimento sustentável com distribuição de renda.

Hoje a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri são uma realidade. Em Teófilo Otôni, na Universidade do Jequitinhonha e do Mucuri, existe o curso de Serviço Social. Divinópolis, pela qual temos um grande carinho, com o apoio do governo Lula, vai ter uma extensão da Universidade Federal de São João del-Rei - haverá Medicina, Enfermagem -, e os jovens da cidade poderão ter acesso à universidade federal, como os de Alfenas, Ituiutaba, Teófilo Otôni e cidades próximas, como Itaobim. Portanto é muito importante a educação, de fato, atingir essa prioridade absoluta da criança, no Ensino Infantil; do jovem, na universidade; e, nas regiões de maior vulnerabilidade, o jovem em escola de tempo integral.

Cito aqui outro bom exemplo do Prefeito Fernando Pimentel que é a Escola Integrada. A Escola Integrada, em Belo Horizonte, já atinge 50 unidades. Essas escolas, em integração com igrejas, universidades, associações de bairro, associações comunitárias, conseguem agregar as crianças em situação de risco nessas regiões, com acompanhamento. A Secretaria Municipal de Assistência Social, que tem à frente a nossa companheira Rosilene, tem uma equipe para fazer o acompanhamento dessas crianças.

Sou autor da Lei nº 16.683, de 2007, que dispõe sobre o acompanhamento social nas escolas da rede pública estadual. O nível de evasão escolar na nossa rede estadual é muito grande: 8% no Ensino Fundamental e 15% no Ensino Médio, dados do Inep de 2005.

Muitas vezes aquela criança que tem problema na família, que tem pai alcoólatra, que foi violada sexualmente, que está em trabalho infantil, entra na rota da evasão escolar, e a família deixa de receber o Bolsa-Família. As escolas e as estruturas públicas devem promover o acompanhamento dessas famílias, porque o professor não tem condições de fazer isso. O que deve fazer a escola com a criança, em sala de aula, com um rendimento inferior, com dificuldade de aprendizagem, começando a faltar demais às aulas? Auxiliar junto à família, dando condições para que essa criança não se evada. Para isso, é necessário acompanhamento social com psicólogo, assistente social e investimento público, como o Fernando Pimentel, Prefeito de Belo Horizonte, faz na Capital, e como o Ministro Patrus Ananias está fazendo no País.

Agora, que a Assembléia promoverá as audiências públicas do PPAG, queremos aprofundar, discutir, integrar as iniciativas das várias áreas do Estado. A moderna política pública recomenda a intersetorialidade. Não adianta cada política pública tratar especificamente da sua área. Temos que integrar, nos Municípios, o Programa Saúde da Família, os Centros de Referência da Assistência Social, o trabalho dos Conselhos Tutelares, a rede instalada educacional. Temos que cruzar o regional com o temático, o território com a política pública específica, com foco na família.

Aliás, já estava para chamar a atenção para isso e o faço neste momento: há Municípios que estão avançando nessa proposta de ação intersetorial. Destaco a cidade de Montes Claros, governada pelo Prefeito Athos, com o apoio do PT, com o companheiro Sued como Vice-Prefeito. Montes Claros está criando as chamadas unidades de administração intersetorial. É uma articulação. A cidade foi dividida em regiões geográficas, e em cada uma destas há uma equipe que integra a assistência social, a saúde, a educação; há um processo participativo de levantamento de demandas, de prioridades; há um diagnóstico, e, a partir dele, há uma ação integrada do poder público, com acompanhamento social - um trabalho acompanhado por pessoas tão competentes como a Márcia e o Vero, Secretários que têm essa visão moderna, avançada de política pública, integrando também os conselhos de controle social. É o que Belo Horizonte faz com o BH Cidadania e o Núcleo de Apoio à Família.

Ou seja, a palavra de ordem hoje é integrar políticas públicas, principalmente as políticas públicas sociais.

Sr. Presidente, esse veto suscita também outras questões importantes, exatamente a necessária integração entre os entes federados: governo federal, governos estaduais e Municípios.

90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 26/9/2007

O Deputado Arlen Santiago* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; público que nos acompanha das galerias e por meio da TV Assembléia.

Duros são os caminhos da política. Aquele que se dispõe a servir ao povo, em qualquer nível de governo e em qualquer dos Poderes, torna-se alvo imediato e fácil dos que se investem no direito de criticar, caluniar, difamar, denunciar, na maioria das vezes, sem razão. Claro que há, entre os homens que ocupam cargos públicos, assim como há em qualquer categoria, pessoas de má índole, que se aproveitam das funções que ocupam para obter vantagens pessoais. Só que, no nosso caso, de políticos, a visão induzida é a de que somos culpados, até que consigamos provar nossa inocência. É o processo da inversão da lógica humana, de preservação do homem e da lógica constitucional, que coloca como inocentes todos aqueles que não têm condenação com trânsito em julgado. A prática brasileira tem sido o contrário. Condena-se, impõe-se uma pena, normalmente a mais pesada que um homem pode suportar, a da sua destruição moral e psicológica, para, só então, ir

atrás dos fatos e dos indícios que possam incriminá-lo. Sim, bastam indícios, não há necessidade de provas.

Digo tudo isso, senhores, como um preâmbulo e justificativa de minha presença nesta tribuna. Falo aqui em meu nome, Arlen Santiago, Deputado Estadual do PTB, e em nome do meu partido, do Presidente do meu partido e Deputado Estadual Dilzon Melo, e em nome do Deputado Estadual Bráulio Braz, que me incumbiram dessa missão. Minha presença aqui é exatamente para solidarizar-me com alguém que está sendo vítima de processo de condenação "a priori". Refiro-me ao grande mineiro Ministro Walfrido dos Mares Guia, expressão maior do PTB mineiro, que tem sido apresentado como vilão de uma história que neste país não tem fim. Uma revista mensal traz, em sua última edição, matéria com foto do Ministro e com o título "Seu passado o condena", ou algo assim. Venho aqui, de público, nesta tribuna de tantas tradições, para dizer "não", para dizer que esse título está invertido. Ele deveria ser exatamente o contrário: o passado do Ministro o absolve. Walfrido tem vida política rica em serviços prestados a Belo Horizonte, ao Estado e ao País. Como Secretário Municipal de Planejamento, na administração Hélio Garcia, revolucionou o sistema de planejamento de Belo Horizonte, estruturando a administração municipal. Como Secretário de Estado de Educação, foi autor da maior reforma da educação feita até então em Minas Gerais. Posteriormente, como Vice-Governador e Secretário de Estado da Administração e do Planejamento, sacudi Minas com uma política moderna. A essa capacidade administrativa incomparável, que fez dele um empresário bem-sucedido, Walfrido soube aliar competência política. E não foi por outras razões que foi chamado para compor o governo federal, exatamente um governo comandado por um partido do qual foi inimigo leal, embora não se possa dizer que a réproca seja verdadeira em Minas. Muito mais que seu passado, foi sua competência que condenou o petebista Walfrido dos Mares Guia. Navegando em pântano de inimigos, ele deixou sua marca de competência e lealdade ao Presidente da República num ministério que nem existia e que, por sua atuação, virou estrela do governo federal. Com isso ganhou novos espaços, credibilidade, mas também, e infelizmente, a ira dos que pensam pequeno e que têm inveja de sua "performance". Não há outra razão para a situação que enfrenta hoje. Não tenho procuração do Ministro, nem ele necessita da minha defesa. O que faço aqui, juntamente com o meu PTB, é apenas um testemunho sobre as qualidades de um homem público sério, competente e leal. Por isso fico com o conceito que sempre tive, tenho e terei do homem e do político Walfrido dos Mares Guia: o de alguém que merece todo o respeito e a admiração, não apenas de seus amigos, mas de todos os mineiros e brasileiros.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Nobre Deputado Arlen Santiago, queria também registrar, como integrante do PT, a imensa e qualificada contribuição do Ministro Walfrido dos Mares Guia, tanto na condição de Ministro de Turismo, recolocando a Pasta do Turismo na importância que merece, como fator de desenvolvimento econômico e social para o País, bem como agora na condição de articulador político de um governo de coalizão, que reflete a pluralidade e a expressão popular do voto do povo brasileiro. Assim, é um papel importante o que ele tem cumprido na articulação dessas forças, ao mesmo tempo desgastante, como V. Exa. sabe, e nem sempre bem compreendido pelo conjunto das forças partidárias que integram este governo, objeto de muita disputa política. Evidentemente, processos anteriores, hoje em curso no País, têm o foro adequado de investigação e de proposição ou não de ritos próprios. Mas gostaria de externar, como reconhecimento, a contribuição que o Ministro Walfrido, antes, Ministro do Turismo e, hoje, Ministro da Articulação Política, tem dado não só ao governo Lula, mas também ao País.

O Deputado Arlen Santiago* - Muito obrigado, Deputado André Quintão.

Agora, queremos abordar um outro tema extremamente relevante para Minas Gerais. Nosso Governador Aécio Neves está viajando para Washington, onde tem encontros no BID e no Bird, buscando financiamentos para Minas Gerais, que adquiriu a possibilidade e a capacidade de financiamentos depois de 12 anos. Esses recursos são para toda a Minas Gerais, principalmente o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, na questão de estradas vicinais e de desenvolvimento das regiões mais pobres. Vamos, então, entrar em contato com o Vice-Governador Anastasia, porque tivemos a grata satisfação de verificar que a Peugeot está-se preparando para instalar no Brasil mais uma fábrica de automóveis. As boas coisas de Minas Gerais hoje, depois do choque de gestão - que está sendo copiado pelo Governador Arruda e anunciado como uma grande saída para Brasília - e de melhorias na segurança pública - também copiadas pelo Governador Sérgio Cabral, que anunciou a melhoria na segurança pública no Rio de Janeiro, através da possibilidade de terceirização da frota da Polícia Militar, o que já é feito em Minas Gerais pelo Governador Aécio Neves, pelo Vice-Governador Anastasia e pelo Cel. Hélio Júnior, há mais de dois anos -, estão sendo copiadas por Governadores e exportadas para todo o Brasil. Queremos tentar juntar todos os mineiros para buscarmos essa fábrica da Peugeot, com um investimento de mais de R\$1.000.000.000,00, que gerará mais de 3 mil empregos. Ao contrário da Hyundai, que foi para Goiás, e da Ford, que foi para a Bahia, tenho certeza de que, com o Estado organizado e oferecendo condições adequadas, essa fábrica da Peugeot virá para Minas Gerais, preferencialmente para Montes Claros, que tem todas as condições para receber uma empresa desse porte, visto que o nosso Governador Aécio Neves, através do Pró-Acesso, tem melhorado muito a condição de tráfego da nossa região, através do Pró-Hosp e do Saúde em Casa, melhorado a saúde da nossa população, e, através da reforma de escolas, está fazendo de Minas o primeiro Estado a colocar criança na escola aos seis anos de idade e o livro didático para o curso científico. Isso tem feito com que o Norte de Minas tenha melhorado bastante. Montes Claros, a exemplo de Minas Gerais, está tendo condições de receber uma empresa desse porte, assim como Betim, há 30 anos, recebeu a Fiat, uma empresa que hoje orgulha todos os mineiros. Queremos que a Peugeot venha para cá e envidaremos todos os esforços junto com o Governador Aécio Neves para que essa empresa venha a coroar, com chave de ouro, o seu trabalho na região do Norte de Minas. Vamos buscar a união de todos os mineiros para conseguirmos mais esse empreendimento num Estado que, há pouco mais de cinco anos, tinha no Orçamento a previsão de um déficit de R\$2.700.000.000,00, e, também, o atraso do 13º salário e até do pagamento dos salários dos servidores públicos. Agora, vem preparando um Orçamento em que o Tesouro investirá, no ano de 2008, R\$4.000.000.000,00, e as autarquias, as estatais mineiras investirão R\$5.000.000.000,00. Então, Minas Gerais terá um investimento, no ano que vem, do governo do Estado, por intermédio do nosso Governador Aécio Neves, do choque de gestão, das políticas que prepararam o nosso Estado para crescer o dobro da média do Brasil, de R\$9.000.000.000,00. E a vinda de mais uma unidade montadora para o nosso Estado com certeza unirá todos os mineiros sob o comando do Governador. Que essa fábrica possa instalar-se na cidade de Montes Claros. Concedo aparte ao nosso amigo, grande Deputado, filho do José Ulisses, nosso companheiro do PTB, que hoje ingressa nas fileiras do PV, Tiago Ulisses.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Muito obrigado pela oportunidade, nobre companheiro amigo Arlen Santiago.

Congratulo-me com V. Exa. por seu pronunciamento. Acompanhava-o do meu gabinete. Quero destacar a importância da visita do Governador Aécio Neves a Washington, da necessidade de trazer novos investimentos e da minha torcida, como parlamentar, e do nosso partido, o PV, para que esse investimento venha para Minas Gerais, mais especificamente para Montes Claros. Gostaria de falar também da importância do seu pronunciamento no tocante à pessoa do nosso Ministro Walfrido dos Mares Guia e à do nosso ex-Governador, hoje Senador, Eduardo Azeredo. Somos solidários com seu pronunciamento. Estamos solidários com o Ministro Walfrido e o Senador Eduardo Azeredo. Como o Governador Aécio Neves ontem mesmo disse, estamos confiando em que saberão pronunciar-se à Nação e esclarecer as dúvidas que estão acontecendo neste momento conturbado da vida política brasileira. Fica aqui a minha solidariedade com o Ministro Walfrido e o Senador, ex-Governador, Eduardo Azeredo. Muito obrigado.

O Deputado Arlen Santiago* - Recebo com alegria esse aparte. Quero dizer ao Ministro Walfrido dos Mares Guia que ele não tem que se abater, não há nada na vida dele que não sejam coisas boas para Minas Gerais e para o povo mineiro. Onde ele está e onde estiver, dará sempre uma contribuição muito grande a Minas Gerais, ao Brasil e, principalmente, a nós que somos os seus amigos e o respeitamos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Célio Moreira* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham pela TV Assembléia e aqui também nas galerias.

Esta Casa se ocupou hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor, da discussão de uma questão grave que atinge não somente este Estado, mas todo o território nacional: os empréstimos consignados, invenção deste governo federal, que vem transformando os pobres aposentados e pensionistas em miseráveis, alvos da ganância e do oportunismo do sistema financeiro.

Foram o sofrimento individual de um policial civil aposentado que tem hoje seu salário bloqueado no banco para pagar empréstimos e o conhecimento de tantos outros fatos iguais que me levaram a requerer a audiência pública de hoje junto à Comissão de Defesa do Consumidor, da qual sou também membro.

Desde 2003, os aposentados ganharam uma espécie de linha de crédito, por via de empréstimo consignado, e, para dar respeitabilidade àquela modalidade de empréstimo, os bancos e financeiras valeram-se de artistas famosos, como garotos e garotas que faziam propagandas na mídia, seduzindo aqueles que seriam suas presas fáceis, quer dizer, os idosos, que apareciam sorrindo, felizes da vida, abraçando-se e beijando-se como se tudo estivesse bem.

Eram oferecidas vantagens como taxa de juros abaixo do mercado, o que já era um engodo absurdo, visto que as taxas dos bancos são abusivas e as mais altas do mundo. Os primeiros empréstimos, dependendo do tempo de quitação, aproximavam-se do índice de 7% a 8%. Hoje estão num patamar inferior, em torno de 2,5%, índice ainda muito além daquele que remunera a poupança.

Sras. e Srs. Deputados, a situação atual é preocupante e pode comprometer todo o sistema financeiro, caso o governo federal decida mudar as regras do jogo. Há ganhos, com folga, pelos banqueiros, num total de empréstimo acumulado correspondente a R\$21.000.000.000,00. Precisamos ressaltar que o público-alvo é o idoso, um grupo que demanda cuidados especiais. A vulnerabilidade psíquica, econômica e social do aposentado faz com que ele seja um alvo muito fácil de propagandas enganosas e omissas que os levam facilmente a buscar os empréstimos consignados na esperança de realizar sonhos até então impossíveis.

A captação do cliente, no caso, o aposentado, faz-se de forma sedutora, com forte apelo de "marketing". A publicidade enfatiza a disponibilidade rápida e fácil do dinheiro, sem burocracia nem consulta ao SPC ou ao Serasa. Assim, seduz o idoso, com a possibilidade de realização, como já disse, de grandes sonhos, de antigos sonhos. A publicidade acaba por induzir os aposentados a contrair empréstimos, principalmente porque se conhece bem o baixo grau de instrução da maioria dos nossos idosos, o que se soma ao fato de a idade trazer consigo a depressão e a solidão, geralmente compensadas com o consumo.

O que se questiona não é o "marketing" em si, mas o meio moralmente reprovável de atingir o público-alvo. Utilizam-se das fraquezas desse público para tentar convencê-lo a comprar o produto. Esse tipo de publicidade provoca uma distorção no processo decisório do consumidor, levando-o a adquirir produtos e serviços, o que ele possivelmente não faria caso estivesse mais bem informado.

A questão é que, quatro anos após o lançamento do crédito para empréstimos consignados, temos hoje, neste país, uma grande massa de assalariados empobrecidos, que, embora empregados, margeiam a miséria, por força do pagamento das prestações de empréstimos tomados sem a devida compreensão do conteúdo do que estava sendo contratado.

Outro aspecto irregular usado constantemente pelas instituições financeiras para vender os empréstimos consignados é a redação confusa dos contratos. A linguagem utilizada não é acessível à maior parte do público-alvo, o tamanho das letras dos contratos é muito pequeno e o espaçamento entre as frases é mínimo, dificultando a leitura do contrato pelos mais idosos.

O Código de Defesa do Consumidor determina que as cláusulas de um contrato devem ser redigidas de forma clara e adequada, possibilitando ao consumidor compreender seu sentido e alcance. Devem ser transparentes quanto ao valor do pagamento, número das prestações, espécies de correção e acréscimo e tempo de duração do vínculo contratual.

É importante ressaltar que, além da publicidade e do modo como são redigidos os contratos, os idosos ainda têm de tomar cuidado com as taxas de juros, que nem sempre são as mais baixas. Alguns bancos privados cobram juros mensais acima de 2,8%, chegando a 3,9% ao mês, superando o limite recomendado pelas centrais sindicais. Além dos juros, está embutido na prestação o Imposto sobre Operação Financeira - IOF -, que é maior que a taxa anunciada pelas instituições. Há pouco tempo, cobrava-se ainda a taxa de abertura de crédito, recentemente proibida pela Previdência Social. Portanto, mesmo que os juros sejam mais baixos, as inúmeras taxas embutidas no empréstimo superam os limites esperados, chegando a até 6% ao mês.

Como se não bastasse, os idosos têm, ainda, de tomar cuidado com as vendas casadas, pois algumas instituições financeiras condicionam o fechamento do contrato de empréstimo consignado à compra de seguro de vida.

Um dado interessante levantado por uma pesquisa realizada em agosto de 2005 pelo Ibope demonstra que a principal razão de os aposentados e pensionistas do INSS realizarem empréstimos consignados é a necessidade de quitar outras dívidas, na maioria das vezes com os próprios bancos. Pesquisas demonstram que o grande número de empréstimos consignados é composto pela população de baixa renda, cuja grande parte não tem acesso sequer a talões de cheque. Em razão disso, o idoso muitas vezes não tem condições de saber quanto paga de juros; muito menos procura saber qual instituição cobra juros mais baixos. O aposentado fica sabendo apenas que o comprometimento da prestação é de 30% de sua renda mensal e que ele tem até 36 meses para pagar a dívida.

No Brasil, conforme estima-se, há cerca de 19 milhões de aposentados e pensionistas. Até janeiro de 2006, mais de 6 milhões de operações já haviam sido realizadas, e mais de 50% dos negócios foram realizados por pessoas que recebem benefícios de até um salário mínimo mensal.

Algumas ações que tramitam no Poder Judiciário já condenaram algumas instituições a produzirem e veicularem campanhas de esclarecimento à população sobre os riscos de superendividamento.

O Ministério Público e a Defensoria Pública têm entrado na Justiça com ações civis públicas, a fim de tentar coibir essas práticas abusivas. Outro problema parecido, e que leva o idoso ao superendividamento, seriam os empréstimos oferecidos diretamente pelo caixa eletrônico. Por não saber utilizar corretamente o caixa eletrônico, os aposentados e pensionistas acabam sacando dinheiro a mais do que realmente possuem. É o chamado cheque especial disponibilizado pelas instituições financeiras sem o consentimento do cliente, o que acaba confundindo as pessoas mais carentes e os leigos. Eles acreditam ter aquele saldo na conta, quando, na realidade, estão realizando um empréstimo bancário que irá endividá-los sem que saibam.

Tivemos hoje o caso do Sr. Maurício, na Comissão de Defesa do Consumidor, o qual dizia que um funcionário do banco lhe disse: "Sr. Maurício, vai ali no caixa eletrônico, digite a sua senha, que você poderá ter R\$2.200,00". Ele disse que não tinha o dinheiro, mas acabou digitando a senha. Na verdade, ele fez um empréstimo de 36 meses.

Ele pediu, pelo amor de Deus, que os Deputados, o Ministério Público e o Procon o ajudassem, porque ele já está passando fome, não tendo dinheiro para comprar seus medicamentos e também está devendo o aluguel. Mas o banco fica com 75% do seu dinheiro bloqueado. Ele recebe

R\$1.666,00, mas, na hora de receber, tira apenas R\$430,00.

Muitas cidades do Estado de Minas Gerais sobrevivem com o dinheiro dos aposentados. Hoje não há mais dinheiro. Fora aquelas propagandas enganosas que os bancos fazem, que as senhoras e os senhores já viram na TV, nos jornais e nos rádios: "Peça a seu avô e a sua avó para financiarem sua moto". Muitos filhos brigam com seus pais e avós para apanhar esse empréstimo. E o banco vai dando corda para o aposentado enforcar-se mais tarde.

Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado Célio Moreira, V. Exa., em boa hora, vem discutindo esse assunto que interessa a toda a sociedade, especialmente aos aposentados. Em 2005, quando o governo lançou esse plano, naquele momento alertei a todos, e também o fiz por via judicial, de que era a maior armadilha a que o governo submetia os idosos, mediante esse desbloqueio dos parcos proventos da aposentadoria. Aquele idoso ficaria susceptível à ganância e à voracidade dos bancos.

Conseqüentemente, V. Exa. tem inteira razão quando diz que os bancos avançam com uma vontade tal nos proventos da aposentadoria que hoje é mais importante pagar ao banco o empréstimo que comprar o remédio.

O governo Lula lançou os aposentados nessa armadilha, quando permitiu que os bancos - e de uma maneira escusa, nessa relação promíscua entre o governo federal e banco - pudessem fazer a chamada consignação. Hoje, 75% a 85% dos aposentados que tiram dinheiro de aposentadoria são vítimas de banco, que torna esse aposentado e esse servidor público reféns. Eles perdem no contracheque ou no débito em conta.

O salário, quando cai na conta, já é destinado ao pagamento dos empréstimos. Ou o governo federal reage ou a sociedade terá de reagir contra esse desconto em folha. A tal limitação da taxa de juro nunca houve. Conseguimos, por meio de cinco ações civis públicas, ganhar dos bancos na Justiça, obrigando que a contratação fosse expressa. Então, que se acabasse com a contratação eletrônica ou a contratação por via de telefone, em que o idoso era sempre vítima da má-fé de algum parente ou de algum estelionatário - e, claro, com a conivência dos bancos e do poder público.

Portanto, V. Exa. está prestando um grande serviço à sociedade, quando abraça essa causa contra a voracidade dos bancos, da consignação desmedida e da taxa de juro que é cobrada sem nenhum limite por parte do governo, que é o verdadeiro maestro dessa organização que avança sobre os contracheques dos idosos. V. Exa. está de parabéns!

O Deputado Célio Moreira* - Agradeço o aparte, e sei que poderei contar na Comissão com V. Exa., que é especialista em defesa do consumidor. Vamos rever esse processo.

O Estado de São Paulo criou, em junho de 2006, o Núcleo de Tratamento do Superendividamento, vinculado ao Procon, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para esses problemas. Algumas decisões importantes foram sugeridas na reunião, com o propósito de estancar essa verdadeira sangria no bolso dos aposentados e pensionistas.

Juntamente com os Deputados Délio Malheiros e Antônio Júlio, encaminhei requerimento ao Banco Central pedindo informações sobre as providências que vem tomando junto a instituições financeiras para coibir abusos na prática de empréstimos consignados. Em outro requerimento, solicitamos à Gerência de Consultoria Temática desta Casa a promoção de estudos para alterar a Lei nº 15.025, de 2004, que dispõe sobre crédito consignado, de modo a não permitir abuso por parte das instituições financeiras. Para terminar, Sr. Presidente, também pedimos providências ao Procon Estadual e à Delegacia de Defesa do Consumidor, a fim de coibir a oferta de crédito por parte de instituições financeiras mediante interpelação do consumidor nas vias públicas. Deputados Eros e Tadeu, ao passar perto de um banco, as pessoas são agarradas no passeio e escutam: "Você tem R\$5.000,00, R\$10.000,00. Não precisa de SPC ou Serasa".

Enfim, a situação é gravíssima. Pedimos ao Procon e à Delegacia de Defesa do Consumidor para coibirem essa prática. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de iniciar a nossa manifestação nesta tarde fazendo um contraponto às manifestações do nobre Deputado Célio Moreira. Compartilhamos das suas preocupações, e também é verdade que temos assistido à voracidade e à ganância com que alguns bancos têm-se dirigido, muitas vezes de forma ofensiva e lesiva, a esse segmento dos aposentados. O volume de endividamento e os problemas que surgem, a partir daí, para os próprios aposentados e para os seus familiares são muito grandes.

Gostaríamos de ressaltar que o alvo do questionamento e da preocupação não se reduz a esse fato particular, e sim se refere ao sistema que busca o lucro a qualquer custo e que, infelizmente, não está restrito ao sistema financeiro capitalista, que orienta e rege as relações na nossa sociedade. O alvo das nossas preocupações está exatamente aí.

Hoje, quando se fala em responsabilidade social e socioambiental das empresas, é preciso refletir sobre como criar mecanismos para inibir ações dessa natureza. A possibilidade de fazer empréstimos e de buscar socorro para situações as mais diversas não pode ser inibida, por tratar-se de direito de todo cidadão e também dos aposentados.

O nosso contraponto, Deputado Célio Moreira, vai na direção das políticas sociais do governo federal, do governo Lula, voltadas para esse segmento dos aposentados e dos idosos do Brasil.

É sabido de todos que o governo Lula vem desenvolvendo... Aliás, isso já está implementado, por obra de um grande mineiro companheiro nosso, que é o ex-Deputado, ex-Prefeito de Belo Horizonte, ex-Vereador e atual Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, que assumiu a tarefa, no governo Lula, não só de organizar e implementar o programa Fome Zero, mas também de organizar toda a rede de assistência social, que, hoje, infelizmente, vem sustentando e amparando um imenso contingente da população brasileira. Não fossem as ações dessa rede de assistência social voltada para atender e proteger os públicos mais diversos, todos eles fragilizados e, em grande parte, excluídos do padrão mínimo de dignidade humana, as relações sociais e a atenção social no Brasil certamente estariam maiores do que as que hoje percebemos no nosso país. Em Minas Gerais isso não é diferente.

Entre esses esforços de se incluírem segmentos fragilizados da sociedade brasileira, há duas semanas o Ministério do Desenvolvimento Social normatizou uma decisão da Comissão Intergestora Tripartite, que tem representação das três esferas do poder - governo federal, governos estaduais e Prefeituras - e regulamentou a emissão da carteira social do idoso, para garantir um benefício a muitos idosos acima de 60 anos e com renda igual ou inferior a dois salários mínimos, que se encontravam impedidos de utilizar esse benefício, apesar de isso já ter sido regulamentado e já estar vigorando.

Aqueles idosos que se enquadram nesses critérios já anunciados e que não poderiam comprovar sua renda, muitos até por não terem renda nenhuma, não podiam utilizar-se desse benefício. Mas, com a regulamentação, normatização e emissão da carteira social do idoso por parte das Secretarias Municipais de Assistência Social, esse problema ficou plenamente resolvido.

Segundo informações já consolidadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social, mais de mil carteiras de idoso foram emitidas nas duas últimas semanas.

Aproveitando o espaço da TV Assembléia, gostaríamos de fazer um chamamento para todas as Prefeituras, as Secretarias de Assistência Social ou de Desenvolvimento Social e, naquelas Prefeituras menores que ainda não têm a assistência social organizada em uma Secretaria, para os departamentos responsáveis: que dêem ampla divulgação a essa decisão, a essa normatização do Ministério de Desenvolvimento Social. Entendemos que esse direito e benefício é importante para esse segmento social, para as pessoas que, depois de uma vida inteira de trabalho dedicando-se à família e à sociedade, encontram-se fragilizadas e dependentes de amparo social. Sabendo-se que a lei existe e que o benefício está garantido, é preciso agora dar visibilidade a essa decisão, a essa orientação, para que tantos idosos, que até então não podiam fazer uso desse benefício, façam as suas carteiras e possam usufruir desse direito da concessão de passagens gratuitas nas viagens interestaduais.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Obrigado, Deputado Almir Paraca, a quem cumprimento por sua fala.

Gostaria de retornar ao assunto do empréstimo consignado a pensionistas e aposentados do INSS. Nossa preocupação, Deputado, como creio seja também a de V. Exa., é que, se o governo federal não tomar uma providência, o nosso competente Ministro Patrus Ananias terá de criar um programa para dar cesta básica aos pensionistas e aposentados. Vimos hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, o caso de um aposentado que, como eu disse, recebe R\$1.666,00, mas tem 75% de seu pagamento retidos pelo banco, de forma que está recebendo R\$430,00.

Na verdade, o governo precisa fazer urgentemente um chamamento para o crédito consciente. É preciso conscientizar as pessoas. Agora, por exemplo, há um outro programa para que os aposentados viajem pelo Brasil ou pelo mundo, com desconto em folha. Ora, sabemos que os aposentados, idosos em sua maioria, precisam de uma alimentação melhor e fazem uso de mais medicamentos, mas, quando vão receber o seu dinheiro, vêem que não têm nada em conta. Então, estão ficando desesperados.

Hoje, na presença de representantes do Ministério Público, do Procon, da Federação dos Bancos e da Associação e da Federação dos Aposentados, decidimos tomar providências para evitar isso, porque, na hora em que o Presidente Lula acordar para o fato de que está gerando miseráveis no País, a qualquer momento ele vai cortar tudo isso. Aí serão os bancos que acertarão as contas com os aposentados. Pelo decreto, podem ser descontados até 30%, mas há casos em que estão sendo descontados até 95%. Então precisamos tomar providências.

Além disso, há Municípios mineiros que sobrevivem financeiramente com o rendimento dos aposentados e pensionistas, mas hoje não existe nenhuma cidade em que os pensionistas estejam recebendo o seu rendimento integral, mas apenas 50%, 40% ou até 30% de seus proventos. Obrigado e parabéns.

O Deputado Almir Paraca* - Como já manifestamos anteriormente, nobre Deputado Célio Moreira, compartilhamos das preocupações, que julgo pertinentes. De fato, precisamos aprimorar a legislação, ou melhor, essa regulamentação, para impedir que os endividamentos por parte dos aposentados possam chegar a montantes como esse, porque isso inviabilizaria a manutenção e o sustento da vida dessas pessoas.

Mas queremos também retomar nosso ponto central aqui, falar do grande benefício que é a carteira social dos idosos e, mais uma vez, fazer o chamamento para que as Prefeituras Municipais e as Secretarias Municipais de Assistência Social se mobilizem e divulguem essas informações, colocando-as nos veículos de comunicação disponíveis em seus Municípios para que, de fato, os idosos façam uso - e bom uso - desse direito previsto no Estatuto do Idoso, regulamentado por um decreto, em 2006, e agora normatizado definitivamente por uma decisão da Comissão Intergestora Tripartite, que tem a incumbência de gerir as políticas de assistência social no País.

Sr. Presidente, lembrando que V. Exa. atua também na região central de Minas Gerais, quero registrar que estivemos, na semana passada, fazendo uma visita à cidade de Curvelo. Já conhecíamos, há alguns anos, a experiência - e tenho certeza de que V. Exa. a conhece bem - da União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo e também da rádio comunitária daquela localidade, e gostaria de dizer que ali existe efetivamente uma rádio que honra esse nome de rádio comunitária, diversamente de muitas emissoras que têm também essa denominação, mas estão controladas por grupos ou lideranças políticas e se afastam do propósito efetivo de organizar e desenvolver uma ação comunitária.

Ficamos muito felizes de reencontrar os companheiros do PT, principalmente o Ataliba, o Rubens e o Afonso, que estão atuando na União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo. Desejamos-lhes muito sucesso em seu trabalho e temos certeza de que o exemplo da rádio comunitária de Curvelo inspira e fortalece todos os que lutam pela democratização dos veículos de informação neste país. Espero que continuem lutando para que veículos como esse possam existir em profusão em Minas Gerais e no País. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa* - Gostaria de cumprimentar a Mesa, o Deputado Doutor Viana, os Deputados e as Deputadas, a imprensa e Minas Gerais. Assomo a esta tribuna para tratar de dois temas. Primeiro, na parte da manhã, tivemos, na Comissão de Saúde - bem presidida pelo Deputado Carlos Mosconi -, um debate sobre o Projeto de Lei nº 1.416/2007, do Executivo Estadual, que cria o Conselho Estadual de Saneamento Básico - Cesb - e que vem a concretizar, Deputado Almir Paraca, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, uma bandeira histórica da luta, especialmente da Frente Estadual de Saneamento e da sociedade civil organizada de Minas Gerais, ao longo de muitos anos. A lei federal criou o marco regulatório do saneamento no Brasil e propõe a criação de conselhos municipais e estaduais de saneamento, com o objetivo claro de criação dos fundos estaduais e com a perspectiva de criar os planos estaduais e municipais de saneamento. Há um tempo, ainda na época do Deputado Adelmo, foi proposta a criação do conselho. A lei foi, na verdade, criada, mas não foi regulamentada, e o Conselho não foi instituído. Agora, com todo esse debate, por meio do marco regulatório, das conferências das cidades, tornou-se extremamente importante para o País e para os Estados ter um conselho estadual. Foi fruto também do ciclo de debates que se realizou aqui, no início do ano, em que se discutiu o papel da Copasa em relação ao saneamento em Minas Gerais e, da mesma forma, naquele momento, a criação das subsidiárias.

Nessa manhã, um conjunto de entidades que trabalham na Frente Estadual do Saneamento, o Sindicato dos Engenheiros, o Crea, a Frente Estadual do Saneamento, o próprio Sindágua, ligado aos trabalhadores e servidores da Copasa, a representação da Funasa e do Semae, propuseram um conjunto de emendas ao projeto com o objetivo de democratizar o Conselho, de torná-lo deliberativo e também de criar o fundo estadual, para que o Conselho discuta as diretrizes das políticas públicas de saneamento no Estado, especialmente no que diz respeito ao Plano Estadual de Saneamento. Deixo o registro dessa importante participação e, na oportunidade, aproveito para fazer dois anúncios que considero significativos para Minas e para o Brasil: o primeiro é que, exatamente hoje, o governo do Presidente Lula lançou o PAC Funasa, Plano de Aceleração do Crescimento exatamente na área de saneamento para as cidades, especialmente para Municípios de até 50 mil habitantes. O governo federal, do Presidente Lula, em um primeiro momento lançou o PAC para cidades acima de 150 mil habitantes. Para Minas Gerais, serão recursos da ordem de R\$3.000.000.000,00 para as cidades, especialmente para as regiões metropolitanas. Agora ele lançou o PAC Funasa, com recursos da ordem de R\$4.000.000.000,00, direcionados para pequenos Municípios com maiores índices de

mortalidade infantil. Também priorizará áreas endêmicas de malária e doenças de chagas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos e, pela primeira vez, um programa de saneamento para as comunidades rurais dispersas com até 2.500 moradores. Acredito que é um exemplo de investimento fundamental para os Municípios na área de saneamento básico, desde a água e seu tratamento, o esgoto e seu tratamento, a drenagem e a destinação dos resíduos sólidos. Deixo registrado que esses recursos contribuirão para atender um contingente enorme de Municípios no Brasil, de até 50 mil habitantes, e o Estado de Minas Gerais está incluído com prioridade pelo governo federal. O governo identificou 500 Municípios brasileiros com risco de doença de chagas, principalmente na Bahia, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Desses Municípios, a prioridade é o atendimento na área de saneamento básico em Minas Gerais. Trata-se de uma iniciativa extremamente importante do governo do Presidente Lula, somada às iniciativas de habitação e urbanização de bairros. Agora, também os Municípios com até 50 mil habitantes serão atendidos nos programas de saneamento.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Agradeço, Deputada Elisa Costa, nossa Líder, pelo aparte.

O Estado de Minas Gerais nunca recebeu tantos recursos quanto agora no governo Lula. São recordes de recursos em várias áreas. Na área social, na área de infra-estrutura, da habitação, praticamente em todas as regiões do Estado. No Triângulo Mineiro, especificamente em Uberlândia, existe uma região muito pobre, dos Bairros Morumbi, Joana d'Arc, São Francisco, João Almir, que tem uma antiga reivindicação. Naquela região houve um erro de planejamento por parte da administração municipal de anos anteriores, que fez um conjunto habitacional praticamente em uma bacia. Os recursos para infra-estrutura dessa região são caríssimos, e agora, depois de muitos anos, o Presidente Lula anunciou recursos do PAC da ordem de R\$16.000.000,00 para a área de infra-estrutura e saneamento da cidade de Uberlândia, especificamente para o Bairro Morumbi. É uma grande alegria para toda a população da região, em torno de mais de 50 mil pessoas só na região do Grande Morumbi, que vai ter acesso à infra-estrutura e ao saneamento. Está de parabéns pelo grande reconhecimento. Todas as regiões do Estado têm obras e recursos do governo federal.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputada Elisa Costa, gostaria de parabenizá-la também. V. Exa., que é nossa Líder e que sempre está aqui, com muita clareza, trazendo a público as realizações do nosso Presidente Lula, que realmente está mudando este país para melhor, com iniciativas em todas as áreas. Está aí para todos verem. O País está tendo uma melhora na geração de empregos e está sendo reconstruído na área social. Temos tido inúmeros programas importantes. O Estado de Minas Gerais cresce muito porque tem o apoio do governo federal, do Presidente Lula, que tem tratado nosso Estado de forma diferenciada, de forma justa, ao contrário dos governos anteriores, que trataram este Estado a pão e água. Hoje temos muito o que comemorar.

Queria também ressaltar aqui que minha cidade de Manga e as cidades ribeirinhas do São Francisco estarão recebendo saneamento básico, rede de esgoto, estação de tratamento, fazendo parte também do programa de revitalização do São Francisco.

Outra coisa que gostaria de ressaltar é que, no governo Lula, 30% da Cide, contribuição dos combustíveis, estão sendo repassados aos Estados e Municípios, o que não acontecia no governo anterior. Isso permitiu ao Governador Aécio Neves fazer o Pró-Acesso, que está levando asfaltamento para várias cidades de Minas, graças a essa visão do governo atual de repartir os tributos, diferentemente do governo anterior, que não passava um centavo da Cide, nem para os Municípios, nem para os Estados.

A Deputada Elisa Costa* - Obrigada, Deputado Paulo Guedes. Gostaria de agradecer também ao Deputado Weliton Prado, que nos fez lembrar, a exemplo de Uberlândia e das cidades do Norte de Minas, também nossa cidade de Governador Valadares, que vai receber, nos próximos anos, recursos da ordem de R\$135.000.000,00 do PAC, recursos nunca vistos na cidade, além de um Cefet, de uma extensão universitária, recursos do governo do Presidente Lula, comprometido com as regiões que precisam dinamizar a economia e oferecer oportunidades para a nossa juventude e para a nossa população. Esses projetos são fruto de um diagnóstico elaborado ainda no governo do PT, do ex-Prefeito João Domingos Fassarella, nosso querido e saudoso amigo, que elaborou um diagnóstico muito profundo sobre a cidade, apontando onde estavam os bairros mais carentes. A partir desse diagnóstico foram elaborados projetos, enviados a Brasília, ao Ministério das Cidades. Alguns desses projetos foram realizados dentro do nosso governo, e outros ultrapassaram o governo, chegando à atual administração, dando continuidade às realizações do governo Lula em Governador Valadares. Ele foi lá várias vezes, demonstrando ter compromisso com a cidade, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento da cidade.

Queria registrar as realizações do PAC em Governador Valadares, em Mantena, Teófilo Otôni, Itabira e outras cidades de Minas Gerais.

Quero aqui ainda registrar e anunciar que o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou, anteontem, um reajuste de cerca de mil procedimentos da tabela do SUS. Essa é uma antiga reivindicação das Prefeituras, do sistema de saúde e da própria população para melhorar o atendimento.

São procedimentos que terão reajuste, em média, no País, de 30%: o aumento do parto normal, que teve um acréscimo de 27% a ser retribuído aos médicos; as consultas médicas, que aumentaram 32%; e, da mesma forma, as diárias das unidades de terapia intensiva - UTIs -, uma necessidade fundamental para melhorar o atendimento à saúde nos Municípios e nos Estados, especialmente no Estado de Minas Gerais.

Deixo registrado mais esse compromisso do Presidente Lula com a saúde em âmbito nacional e registro que Minas Gerais precisa também de ampliar os recursos da saúde. Muito recentemente, o Governador foi chamado à atenção pelo próprio Ministro Temporão, quanto ao fato de que um dos Estados que não está cumprindo a Emenda nº 29, o percentual de 12% da arrecadação para a saúde, é Minas Gerais. Existem outros Estados, mas principalmente Minas precisa cumprir esse percentual para termos um atendimento melhor nos hospitais, mais medicamento, melhores consultas, aumento do atendimento do PSF, e uma saúde melhor, de qualidade. Principalmente, um melhor salário para os nossos profissionais da saúde, resgatando a auto-estima dos servidores da saúde, assim como de todos os servidores de Minas Gerais.

Quero parabenizar o Presidente Lula, primeiro por esse valor de reajuste do SUS. É uma luta histórica, muitas vezes vi aqui Deputados e Deputadas reivindicando esse aumento dos procedimentos do SUS, o que certamente melhorará o atendimento nos Municípios. Da mesma forma, os recursos de R\$4.000.000.000,00 para o PAC, para a Funasa, para as cidades de até 150 mil habitantes e para todos os Municípios com população acima de 50 mil habitantes.

Deixo aqui também esse importante registro, o anúncio de que certamente os Municípios, recebendo esses recursos, gerarão mais empregos, haverá desenvolvimento, crescimento e melhor qualidade de vida no saneamento e na saúde da nossa população.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Tenho dois assuntos importantes e, talvez, para um deles, tenha de utilizar o tempo de Liderança, gentilmente cedido pela Líder, Deputada Elisa Costa. O primeiro deles diz respeito a uma reunião especial que a Assembléia realizará hoje, com o objetivo de comemorar os 15 anos da Escola do Legislativo. A Assembléia, reconhecendo o trabalho, o destaque de lideranças, personalidades e entidades, sempre faz nesta Casa homenagens, reuniões solenes, reuniões especiais, como forma de reconhecimento. Para nós, a reunião de hoje tem um caráter especial porque se trata de uma escola inovadora, criada no interior do Poder Legislativo de Minas Gerais e que hoje é exemplo e motiva experiências semelhantes em outras casas legislativas do País. A Escola do Legislativo da nossa Assembléia completa 15 anos, num trabalho muito importante que se iniciou voltado para a qualificação de funcionários e técnicos de apoio parlamentar da Assembléia e que, ao longo dos anos, foi ampliando o seu escopo de

atuação, as suas atividades e se transformando num verdadeiro canal de interlocução da Assembléia com movimentos sociais, com as Câmaras Municipais do interior de Minas Gerais, com os movimentos sociais organizados. Tornou-se um espaço de reflexão, de produção teórica e de compartilhamento de experiência. Portanto, a Assembléia Legislativa deve orgulhar-se de ter no seu interior uma escola de tamanho compromisso, de tamanha responsabilidade e competência e incidência nos processos legislativos, não só no estadual, próprio da nossa Assembléia, mas também como subsídio, como pólo formador para atividades de outros Poderes Legislativos Municipais. Lembro aqui que nesse período, nesses 15 anos, a Escola do Legislativo promoveu mais de 3 mil atividades, com uma carga horária de 30.700 horas, envolvendo quase 44 mil participantes. Portanto, além do quantitativo, destaca-se o qualitativo dessa ação da Escola do Legislativo. Na condição de Presidente da Comissão de Participação Popular, quero dar o meu testemunho em dois processos realizados em parceria com a Comissão, muito importantes para a sociedade mineira, os quais hoje se afirmam como exemplos para outras casas legislativas. Refiro-me ao processo de participação da sociedade civil organizada no debate das leis orçamentárias. Essa participação vem ocorrendo desde 2003, com as audiências do PPAG, o Plano Plurianual, com as revisões anuais, com a participação popular no PMDI, na LDO e é sustentada por ações formativas da Escola do Legislativo, direcionada para o público participante, para os movimentos sociais e para entidades da sociedade civil. Por outro lado, há o êxito do projeto Parlamento Jovem. Esse projeto começou de uma parceria da Comissão de Participação Popular com a Escola do Legislativo e, também, com a PUC Minas. É um projeto que veio para ficar, que deu certo, que envolve escolas de ensino médio, públicas e privadas, bem como a própria PUC Minas. Ele já está na preparação da sua 5ª edição. Na última, tratou de um tema fundamental e estratégico: a educação. Teve o bom-senso e a qualidade de apresentação de 27 propostas, transformadas em ações legislativas que serão submetidas à apreciação da Comissão de Participação Popular. Esse processo do Parlamento Jovem é permanente, sério, gradativo e muito importante do ponto de vista do acúmulo de conhecimento. Ele é sustentado pelo esforço, pelo denodo, pela competência e dedicação da Escola do Legislativo e pelo corpo técnico desta Assembléia e também das outras áreas. Como Deputado, como Presidente da Comissão de Participação Popular, uma vez que na solenidade, talvez, não tenha oportunidade de fazer isso de público, quero, de maneira antecipada, da tribuna da Assembléia, mandar e apresentar todo o nosso respeito e nosso reconhecimento a todos os servidores desta Casa e, hoje particularmente, aos que integram a Escola do Legislativo. A Assembléia de Minas tem de se orgulhar de uma escola do Legislativo com essa competência e qualidade e, principalmente, porque não é uma competência e qualidade que ficam circunscritas dentro de uma instituição ou dentro de um departamento, mas ficam disponíveis para o exercício da cidadania no Estado de Minas Gerais. Portanto, o nosso abraço e o nosso reconhecimento. Vida longa à Escola do Legislativo! Que sirva de exemplo para outros Poderes Legislativos Municipais e Estaduais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público aqui presente e todos que assistem a esta reunião pela TV Assembléia em mais de 300 cidades de Minas Gerais, o primeiro assunto que nos traz aqui é um pedido, uma reclamação.

Fui procurado por várias lideranças do Município de Santa Luzia, conduzidas pelo companheiro Alex Mateus, que nos passou cópia de abaixo-assinado com 10 mil signatários que requerem da Prefeitura daquele Município a instalação de um semáforo na Avenida Brasília, entrada do Conjunto Cristina. Nesse local, que é muito perigoso, ocorreram dezenas de acidentes com vítimas. Srs. Deputados, o abaixo-assinado foi protocolado desde junho de 2006, ou seja, há um ano e três meses, e até agora o Prefeito José Raimundo e o Jair Lopes, Diretor do Departamento de Trânsito, não se manifestaram sobre o assunto.

As famílias e os usuários dessa avenida os quais precisam atravessar o cruzamento correm sérios riscos todos os dias. Novos acidentes continuam acontecendo. Fica aqui o nosso registro e um pedido de providências para que o Prefeito leve em consideração esse problema, uma vez que a obra não é tão cara. O semáforo atenderá a vários bairros, tendo em vista que o cruzamento dá acesso ao Conjunto Cristina A, B e C, Nova Conquista, Belo Vale, Palmital, São Cosme, Castanheira, e a outros bairros da região.

Fica aqui o nosso pedido para que o Prefeito José Raimundo tome providências o mais rápido possível para atender a uma demanda simples, mas que atenderá aos anseios de muita gente, haja vista que um abaixo-assinado com 10 mil assinaturas simboliza que essa é uma reivindicação de quase toda uma cidade. E não custa tão caro para a Prefeitura tomar as devidas providências.

O outro assunto que vamos tratar aqui hoje diz respeito à seca que está castigando o Norte de Minas Gerais. Não chove há mais de seis meses na região. Os Municípios já declararam estado de emergência, a Secretaria de Defesa Civil do Estado reconheceu essa situação na região, e algumas cidades também foram reconhecidas pela Defesa Civil nacional. Precisamos conseguir recursos o mais rápido possível para enfrentar esse dilema que todos os anos aterroriza o Norte de Minas, com animais morrendo, rios secando e centenas de comunidades ficando sem o abastecimento de água, precisando ser socorridas por caminhão-pipa de forma precária.

O Departamento Nacional de Obras contra a Seca - DNOCS -, órgão recuperado e revitalizado no governo do Presidente Lula, já fez muito e ainda vem fazendo. Mesmo assim, diante da demanda gigantesca do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, sozinho ele é incapaz de atender a todos, haja vista que conta apenas 28 funcionários para trabalhar nas 169 cidades da região.

Amanhã estou indo a Brasília e terei audiência com o Ministro Geddel Vieira Lima, ao lado do Deputado Federal Virgílio Guimarães, parlamentar que tem tido preocupação constante com os problemas do Norte de Minas. Por meio do DNOCS e da Codevasf, todos os anos ele destina emendas parlamentares para o enfrentamento da seca naquela região. Aproveito a oportunidade para, de público, agradecer a esse Deputado, que se preocupa, cada vez mais, com o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Apesar de ter a sua base eleitoral mais forte em Belo Horizonte, tem-se preocupado, destinando grande parte dos seus recursos para ajudar os Municípios mais pobres daquela região.

Amanhã, mais uma vez, vamos levar essa demanda do Norte de Minas ao Ministro Geddel Vieira Lima, para que o Ministério da Integração Nacional, por meio do DNOCS e da Codevasf, tome medidas urgentes para o enfrentamento desse problema que atinge quase todas as cidades daquela região. Municípios como São Francisco, Januária, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Chapada Gaúcha, Manga, Francisco Sá, Brasília de Minas, Varzelândia e Montalvânia estão passando por momentos difíceis, com o agravamento da seca na região e com a morte de vários animais pela falta de água. Além disso, as pessoas têm sofrido, em várias comunidades, com a secagem dos poços artesianos. A situação é muito grave.

Tenho certeza de que, amanhã, teremos uma boa notícia do Ministro Geddel Vieira Lima, que está lançando, em nível nacional, o programa Água para Todos. Esperamos que o Ministro comece esse programa por Minas Gerais, a fim de que possamos trazer boas notícias para nossa região.

Gostaria de fazer um apelo à bancada federal, especialmente ao Deputado Federal Virgílio Guimarães, que é o coordenador da bancada, para que interceda junto ao governo federal e ao Ministério dos Transportes, a fim de garantir recursos para as obras do trevo da MG-401, que dá acesso aos Municípios de Janaúba, Capitão Enéias e Francisco Sá, na saída de Montes Claros.

Trata-se de uma obra orçada em R\$3.500.000,00, e metade desse recurso já foi liberada. Cinquenta por cento da obra foram concluídos. Faltam R\$1.800.000,00, para a conclusão total da obra. Então, para que ela não pare, ou seja, para que não seja mais uma obra paralisada no Estado, faço esse apelo à bancada federal, ao DNIT e aos Deputados Federais votados no Norte de Minas, para que intercedam e garantam os recursos necessários à continuação dessa obra, de suma importância para essa região de acesso a vários outros Municípios. Esse trevo é de fundamental importância para desafogar o trânsito na entrada de Montes Claros e também para diminuir o número de acidentes que acontecem na região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, retorno à tribuna, visto que, no primeiro momento, tratei do importante trabalho realizado pela Escola do Legislativo. Aliás, na pessoa de seu Coordenador, Sr. Alaor, gostaria de transmitir o meu abraço a todos os integrantes da Escola do Legislativo.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna diz respeito ao importante tema tratado hoje, com destaque, pelo jornal "Hoje em Dia". Solicitaria que constasse dos anais desta Casa o editorial "Exploração Infantil", publicado no jornal "Hoje em Dia", de hoje, dia 26 de setembro, que trata do trabalho infantil em Minas Gerais.

Nesta semana ocorreu a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na manhã de terça-feira, o sociólogo Bruno Lazarotti, que integra os quadros da Fundação João Pinheiro, fez uma apresentação de resultados preliminares de pesquisa sobre trabalho infantil em Minas Gerais, coordenada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e pela Sedese. A referida pesquisa mostra dados preocupantes.

O primeiro deles é um aumento de 23% do número de crianças de 5 a 15 anos de idade que trabalhavam em 2005, em Minas Gerais - vejam, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, que em 2005 havia, em nosso Estado, um dos mais ricos da Federação, nada mais, nada menos do que 359 mil crianças no trabalho infantil - e um aumento de 33% na zona rural, principalmente na faixa etária de 5 a 9 anos.

Outro dado muito importante: crianças que trabalham são três vezes mais infreqüentes à escola do que as que não trabalham. Ou seja, podemos dizer que a criança que trabalha já está na rota da evasão escolar. Quando começa a trabalhar, é evidente que a própria sobrecarga do trabalho precoce faz com que a criança vá gradativamente rompendo os vínculos com a escola.

Muita gente diz que é uma contingência familiar, uma necessidade; essa criança está auxiliando a família. Mas vejam que 30% dessas crianças - 30%, repito - não recebem sequer nem R\$50,00 ao mês. Segundo um dado da PNAD, no Brasil, 30% de crianças no trabalho infantil não recebem nenhum tipo de remuneração. Ou seja, temos aqui uma criança na faixa etária de 5 a 9 anos que está trabalhando e não está recebendo. Por trás dessa criança que vemos no sinal, vendendo balas e rosas, há um adulto, que às vezes não é nem da família, mas de uma verdadeira rede de exploração. Aproveito para alertar a sociedade mineira sobre essa exploração, porque o maior número de casos de trabalho infantil está na economia informal, principalmente no comércio ambulante, que não está sujeito à fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho - daí a importância do papel dos Conselhos Tutelares. E outro foco importante do trabalho infantil, se é que poderíamos chamar de trabalho, é a exploração sexual. Há uma verdadeira rede de exploração sexual que coopta meninas, principalmente, para fazer do corpo o seu sustento - o sustento de um prato de comida, de R\$0,50 ou de R\$1,99, como a própria grande imprensa já anunciou ao fazer matéria sobre a exploração às beiras das rodovias federais em Minas Gerais.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que um dado estadual precisa gerar ações. Por isso elogio aqui o editorial do jornal "Hoje em Dia". Não podemos nos conformar ou simplesmente enxergar esses números como dados frios e estatísticos. Pense cada telespectador que nos acompanha pela TV Assembleia, principalmente os pais e mães de família, em sua criança de 5, 6 ou 7 anos trabalhando, seja em carvoarias, nas ruas ou nas beiras de rodovias, sendo cooptada por gigolôs da miséria. E dou-lhes mais um dado: 44% das crianças de 5 a 9 anos que estão no trabalho infantil não são alfabetizadas, não estão na escola.

Então é muito importante, e venho aqui não só para elogiar o editorial e a matéria do jornal "Hoje em Dia" mas também, e principalmente, para apontar soluções, e estas passam também por esta Casa.

Recebemos, nesta semana, a proposta de Plano Plurianual e Lei Orçamentária. Temos que ter uma rede integrada de políticas públicas para o combate ao trabalho infantil, que passa, por exemplo, pela adoção da escola em tempo integral, com a jornada ampliada, começando pelas regiões de maior vulnerabilidade social. Muitas vezes, a criança estuda em um turno e, no outro, vai para as ruas, portanto é preciso haver escola integral, começando principalmente com as crianças pobres.

Em segundo lugar, é preciso melhorar as condições das famílias no campo e o transporte escolar, além de adotar as escolas-família agrícolas, pois, se a criança, em um distrito rural distante, não possui acesso à escola, por não ter transporte ou por causa das condições precárias das estradas em período de chuva, evidentemente a família a leva para o trabalho. Quando o trabalho é de auto-sobrevivência, apesar de evidentemente não podermos referendá-lo, até pelo esforço precoce que ela terá, alguns alegam - repito que não compartilho dessa idéia - que a criança ajuda a família no sustento, mas, muitas vezes, a família leva a criança para um trabalho terceirizado, às vezes uma empresa agrícola contrata esse adulto e leva a criança, ou seja, o adulto trabalha por produção e leva a criança para engordar os lucros do agronegócio, que às vezes se utiliza dessa mão-de-obra infantil. Queria também registrar que é fundamental, em cada Município mineiro, a implantação de um centro de referência de assistência social na linha de consolidação do Sistema Único da Assistência Social - Suas -, para que cada equipe dos Cras, de psicólogos e assistentes sociais, possa acompanhar família por família. Houve agora a integração do Peti com o programa Bolsa-Família. É muito importante haver esse acompanhamento para que a família também seja conscientizada da importância de a criança estar na escola, pois lugar de criança é na escola, e não no trabalho. Depois, quando for jovem, aí sim é importante ter a profissionalização, a qualificação e o primeiro emprego. Eu mesmo comecei a trabalhar muito jovem, como "office boy" da MinasCaixa, mas com carteira assinada, por meio de concurso público, podendo estudar e contribuindo para o INSS. Não queremos crianças com 6, 7 ou 8 anos fazendo piruetas nos sinais, correndo o risco de atropelamento. Quantas vezes, nos restaurantes, nas ruas de Belo Horizonte, nas casas de "show", vemos crianças de 6, 7 ou 8 anos vendendo rosas, balas, sujeitas ao aliciamento por traficantes, por pessoas inescrupulosas. Queria fazer um alerta aos Municípios: existem recursos do governo federal para o Peti, mas apenas 286 Municípios de Minas acessam esses recursos, ou seja, sobram recursos do Ministério de Desenvolvimento Social por inabilitação dos Municípios. É importante que o governo do Estado ofereça cooperação técnica para eles terem condições de acessar tais recursos adequadamente, mas também é necessário que ele desenvolva políticas efetivas de combate ao trabalho infantil. O Estado, nesta atual gestão, criou uma coordenadoria especial de apoio à criança e ao adolescente, que, aliás, tem à sua frente uma técnica muito séria, a Fernanda. Ela está no caminho certo, está realizando essa pesquisa junto à Fundação João Pinheiro e terá, em novembro, um diagnóstico amplo da situação em Minas. Agora, é preciso agir sobre o diagnóstico revelado pela pesquisa. Lembremo-nos de que no ano passado apresentei uma emenda ao Orçamento para este ano e disse aqui, desta tribuna, que há R\$50.000.000,00 para o programa Poupança Jovem, programa que está-se iniciando. Dizia, na época, que o governo estadual não executará esses R\$50.000.000,00. Apresentei uma emenda destinando aproximadamente 20% desse recurso para o combate ao trabalho infantil, para apoio aos Municípios no combate ao trabalho infantil, porque já há um trabalho mais estruturado, da jornada ampliada, das bolsas, do apoio social e da abertura de centro de referência da assistência social. O caminho já está mais aberto. A emenda foi rejeitada. Vou esperar, não vou antecipar resultado, principalmente resultado negativo, porque fico parecendo ave agourenta, longe de ser isso. Mas quero aqui exercer o meu papel de Deputado que fiscaliza o Poder Executivo, particularmente as políticas públicas. Vai sobrar recurso do programa Poupança Jovem e vai faltar recurso para o trabalho infantil. Proponho que analisemos bem a Lei Orçamentária, o PPAG; que ampliemos o Orçamento Criança. Tive informação de que o Estado já vai alocar R\$5.000.000,00 para o trabalho infantil. Trata-se de um recurso, senão ideal, pelo menos já é um avanço em relação a este ano. Este ano já poderia ter esse recurso, se essa emenda fosse aprovada. Então, queria, neste minuto final, dizer que esse é um assunto muito importante. Às vezes muita gente não dá ouvido ou importância, mas queria bater nessa tecla. Nesse estágio em que estamos, da sociedade, da democracia, dos avanços tecnológicos, do conhecimento, conviver num Estado do porte de Minas Gerais, com 359 mil crianças no trabalho infantil, deve ser motivo de reflexão e ação de todos nós, sociedade que tem o seu papel, que tem de denunciar, que tem na família um eixo importante para evitar o trabalho infantil, que tem nos poderes públicos a responsabilidade maior de tomar medidas para combater e erradicar o trabalho infantil. E todos os entes da sociedade, públicos e privados. Não me cansarei de vir a esta tribuna enquanto houver uma criança no trabalho infantil em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Vanderlei Miranda) - A Presidência solicita ao Deputado André Quintão que formalize por escrito o seu requerimento de que conste nos anais a matéria publicada.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 1º/10/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Sebastião Helvécio

nomeando Everson Vieira Duarte para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Pablo Henry Fernandes Aguilar do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

exonerando Thomás Souza de Resende do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Alessandra Araújo Freitas Taipina para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB;

nomeando João Bosco Teles Barcelos para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

nomeando Thomás Souza de Resende para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Viviana Magalhães Nunes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 23/10/2007, às 14h30min, pregão presencial, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa para fornecimento e instalação de armários, mesas, gaveteiros e portas.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Nesse último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 1º de outubro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

errata

ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/9/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/9/2007, na pág. 46, col. 4, no "Encerramento", onde se lê:

"para a reunião especial de terça-feira, dia 2 de outubro, às 9 horas, e para a reunião extraordinária também de terça-feira, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação", leia-se:

"para a reunião especial de terça-feira, dia 2 de outubro, às 9 horas, nos termos do edital de convocação".